

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MERCOSUL: Uma avaliação do Processo de Integração
dos Países Signatários na Década de 2000**

RENAN MENEZES GUTWILEN

matrícula: 107385517

ORIENTADOR: Prof. Edson Peterli Guimarães

e-mail: peterli@ie.ufrj.br

AGOSTO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MERCOSUL: Uma avaliação do Processo de Integração
dos Países Signatários na Década de 2000**

Renan Menezes Gutwilen
matrícula nº: 107385517

ORIENTADOR: Prof. Edson Peterli Guimarães

AGOSTO 2012

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO

Este trabalho avalia o comércio entre os países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), analisando suas importações e exportações dentro e fora do bloco. Também analisa a pauta de exportação e importação de cada país do MERCOSUL em relação aos aspectos domésticos posicionando cada país no cenário mundial. Usou-se como base uma série histórica de 5 anos tendo início em 2007 e finalizado em 2011.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
I.1 - DAS QUESTÕES PRÉ FORMAÇÃO DO BLOCO	7
I.2 - O BLOCO E SUA IMPORTÂNCIA.....	9
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PROTECIONISTAS: CONCEITO.....	12
II.1 - A METODOLOGIA NO MERCOSUL	12
II.1.1 - A tarifa externa comum (TEC).....	13
II.1.2 - Tarifas de importação.....	14
II.1.3 - Barreiras não-tarifárias; o caso do Mercosul.....	16
II.2 - EXEMPLOS DE POLÍTICAS PROTECIONISTAS UTILIZADAS PELO RESTO DO MUNDO	17
II.2.1 - Barreiras não-tarifárias	17
II.2.2 - Subsídios à produção e à exportação	19
CAPÍTULO III - O COMÉRCIO NO MERCOSUL.....	21
III.1 - CENÁRIO MACROECONOMICO	21
III.1.1 - Argentina.....	21
III.1.2 - Brasil.....	23
III.1.3 - Paraguai.....	25
III.1.4 - Uruguai	27
III.2 - A DEPENDÊNCIA DOS PAÍSES AO BLOCO	29
III.2.1 - Paraguai.....	31
III.2.2 - Uruguai	34
III.2.3 - Argentina.....	37
III.2.4 - Brasil.....	40
III.3 - CONSOLIDADO MERCOSUL.....	43
III.4 - A "INVASÃO" CHINESA	47
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da dependência dos países que compõem o MERCOSUL através da análise das importações e exportações intrabloco e total das importações e exportações para o resto do mundo. Paralelo a isso, para situar os países no mercado mundial verificamos o posicionamento de cada um deles através de seus respectivos PIB.

O capítulo 1 o destaca a origem, evolução e formação institucional MERCOSUL.

No capítulo 2 abordamos as políticas protecionistas utilizadas pelos países signatários do acordo. Apesar do incentivo ao livre comércio regional, próprio dos acordos de livre comércio, grande parte dos países continua buscando maneiras para proteger sua indústria contra a competição externa.

O capítulo 3 destaca a relação comercial entre os países do bloco, analisando suas balanças comerciais. A partir da balança comercial do MERCOSUL com o resto do mundo temos uma análise da evolução das forças comerciais existentes entre os países integrantes.

O capítulo 4 (conclusão) traz uma breve conclusão a respeito do que foi analisado nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é demonstrar as premissas para a formação do MERCOSUL, assim como as transformações ocorridas ao longo dos anos, a configuração atual e as possibilidades de fortalecimento no futuro.

I.1 - Das questões pré-formação do bloco

Em 1985 os presidentes do Brasil e Argentina (José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente) se reuniram com o objetivo de assinar a Declaração de Iguazu. Essa declaração serviu como base para a integração econômica dos países. Brasil e Argentina tinham um passado semelhante de ditadura militar somada a uma grande dívida externa adquirida ao longo desses governos e passavam por um momento onde faltavam investimentos internacionais. Diante deste cenário viam uma necessidade de se associarem, considerando essa associação um pontapé inicial para os dois países já que ela tinha o objetivo de desenvolvê-los economicamente e integrá-los no cenário mundial. Em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. O objetivo do tratado era constituir, no prazo máximo de 10 anos, um espaço econômico comum por meio da liberalização integral do comércio recíproco. O tratado previa a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços e a estipulação de um prazo serviu para acelerar o processo de aproximação entre os países mais importantes do Cone Sul. Mais tarde, em 1990, os presidentes de Brasil e Argentina (Fernando Collor e Marcos Menem) assinariam a Ata de Buenos Aires de integração econômica entre os países e, em complemento, foi assinado o Tratado de Assunção, em 1991, com o ingresso de Uruguai e Paraguai, para a constituição do MERCOSUL.

Em 1991, portanto, foi assinado o tratado que dava início de fato ao MERCOSUL, com o objetivo de estabelecer uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais. Mais tarde, para dar fins jurídicos ao tratado de Assunção, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, em 1994,

buscando o reconhecimento do Tratado de Assunção e o consequente reconhecimento internacional do bloco como uma associação. Portanto esses quatro países compõem o MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Além desses a Venezuela, mais recentemente, solicitou seu ingresso no bloco ao lado de outros cinco países que se tornaram associados no período recente¹. São eles: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

Inicialmente, foi estabelecida uma área de livre comércio em que os países não tributariam ou restringiriam as importações um ao outro. A partir de 1995, esta zona converteu-se em união aduaneira na qual todos os signatários passariam a cobrar as mesmas alíquotas nas importações dos demais países não signatários do acordo MERCOSUL (tarifa externa comum).

Em 2004, entrou em vigor o Protocolo de Olivos (2002), que criou o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do MERCOSUL, com sede na cidade de Assunção (Paraguai). Uma das fontes de insegurança jurídica nesse bloco de integração era a falta de um tribunal permanente.

O MERCOSUL possui uma estrutura institucional, desde 1995, ano em que entrou em vigor o Protocolo de Ouro Preto, constituída da seguinte forma:

- O Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo cuja função é a condução política do processo de integração. O CMC é formado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia dos estados-partes, que se pronunciam através de decisões.
- O Grupo Mercado Comum (GMC), órgão decisório executivo, responsável de fixar os programas de trabalho, e de negociar acordos com terceiros em nome do MERCOSUL, por delegação expressa do CMC. O GMC se pronuncia por Resoluções, e está integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Economia, e dos Bancos Centrais dos Estados Parte.

¹ Para se tornar um país associado é necessária uma prévia assinatura de acordos de complementação econômica. Esses acordos estabelecem um cronograma para criação de uma zona de livre comércio com os Estados partes do MERCOSUL e uma gradual redução de tarifas entre o MERCOSUL e os Estados signatários. Esses Estados podem participar na qualidade de convidados nas reuniões dos organismos do MERCOSUL bem como ser signatários de acordos sobre matérias comuns.

- A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), um órgão decisório técnico, é o responsável por apoiar o GMC no que diz respeito à política comercial do bloco. Pronuncia-se por Diretivas.

Além desses, conta também com outros consultivos:

- A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), órgão de representação parlamentar, integrada por até 64 parlamentares, 16 de cada Estado Parte. A CPC tem um caráter consultivo, deliberativo, e de formulação de Declarações, Disposições e Recomendações. Atualmente, está estudando a possibilidade da futura instalação de um Parlamento do Mercosul.
- O Foro Consultivo Econômico Social (FCES), é um órgão consultivo que representa os setores da economia e da sociedade, que se manifesta por Recomendações ao GMC.

E mais recentemente:

- Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), que é um órgão permanente do CMC, integrado por representantes de cada Estado Parte e presidida por uma personalidade política destacada de um dos países partes. Sua função principal é apresentar iniciativas ao CMC sobre temas relativos ao processo de integração, as negociações externas e a conformação do Mercado Comum.

Para dar apoio técnico a essa estrutura institucional, temos a Secretaria do Mercosul (SM), que tem caráter permanente e está sediada em Montevidéu, Uruguai.

I.2 - O Bloco e sua importância

Segundo dados do Banco Mundial, o Mercosul possuía um PIB de 3 trilhões de dólares em 2011. Comparado aos dados da União Européia que é composta por 27 países e apresentou um PIB de 15,39 trilhões no mesmo ano pode-se ter uma ideia da dimensão e importância estratégica do MERCOSUL. Com uma população ou mercado consumidor potencial de 243 milhões de pessoas, existe uma enorme demanda a ser explorada dentro do bloco.

Como há diferenças significativas entre os PIBs dos países (o Brasil representa 83% do PIB total), o comércio acaba não sendo equilibrado entre eles. Boa parte dos países sul

americanos são exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados. Esse cenário pode acarretar resultados negativos na balança comercial bem como um atraso nas indústrias nacionais. Isso ocorre uma vez que os produtos manufaturados possuem maior valor agregado e, conseqüentemente maior preço que os bens primários em função de sua tecnologia. Sendo importadores de produtos manufaturados, os setores industriais locais podem sofrer uma tendência de não se desenvolverem, deixando a indústria local atrasada ou inexistente para certos setores.

Com base nos dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), temos como principais produtos exportados do Brasil para a Argentina, automóveis em primeiro lugar, seguido por energia elétrica, minérios de ferro e chassis com motor a diesel. Entre os principais produtos importados temos também automóveis em primeiro lugar e trigo em segundo seguidos pelos produtos petroquímicos, com destaque para a Nafta.

Com relação ao Paraguai, os cinco principais produtos exportados pelo Brasil são adubos ou fertilizantes, óleo diesel, fumo, milho e óleo lubrificante. Já no que diz respeito às importações brasileiras temos milho, trigo, carnes, arroz e garrafas de plástico.

Na relação entre Brasil e Uruguai temos, como cinco principais produtos exportados “fuel oil”, tipos de mate, carnes de suíno congeladas, automóveis e energia elétrica. Para cinco principais produtos importados temos malte, trigo, garrafas plásticas, leite em pó integral e leite em pó².

Em 2007 o bloco firmou um tratado de livre comércio com Israel, primeiro país fora da América do Sul. O tratado cobre 90% do comércio entre o bloco e Israel com o objetivo de remover as restrições entre os países. Prevê também que o fluxo entre eles gire em torno de 5 bilhões de dólares em 2017. Esse fluxo corresponde, principalmente, à exportações de *commodities*, grãos, calçados, automóveis, maquinaria pesada e aviões por parte do Mercosul e *software*, agroquímicos e produtos de alta tecnologia por parte de Israel. Em 2010, foi a vez

² O comércio entre as montadoras automobilísticas da Argentina e Brasil tem se revestido de importância singular e por conta disso os países tem firmado diversos acordos automotivos entre eles relacionados a complementariedade produtiva (A integração produtiva ampliou o comércio de veículos entre o Brasil e a Argentina. O protocolo 2 1, de 1988, criou um regime especial de comércio para veículos e autopeças entre os dois países, que foi sendo aperfeiçoado a partir da constituição de regimes automotivos, argentino e brasileiro, bastante semelhantes entre si

do Egito assinar com o Mercosul o mesmo tipo de acordo. No acordo a maior parte dos produtos exportados pelo bloco entrará livremente nestes países.

Na medida em que o MERCOSUL se fortalece, realizando acordos comerciais com mais países fora do bloco, seja no continente americano ou em outro continente, mais ele pode usufruir dos benefícios do comércio internacional. A integração entre os países amplia o mercado consumidor, faz surgir novas fontes alternativas, estabelece novos serviços, fortalece a qualificação da mão de obra e promove o turismo entre eles. Esses aspectos em um sistema isolado ou autárquico são sensivelmente mais difíceis de serem alcançados.

Não é por outra razão que a década anterior aos anos 2000 foi palco de uma proliferação de acordos de livre comércio entre países no âmbito da ONU (mais de trezentos acordos foram constituídos somente na década de 1990)³. De fato, no período anterior, a maioria dos países em desenvolvimento (PED) procurava proteger seus mercados domésticos contra os produtos industriais fabricados nos países desenvolvidos (PD) que eram mais baratos e qualitativamente melhores. A abertura comercial externa feita por quase todos os países no final dos anos de 1980 seguindo orientações do Consenso de Washington⁴ resultava em posições desvantajosas ao PED, frente ao avanço tecnológico verificado nos PD. Assim, estrategicamente os PED fortaleceram-se através de processos de integração entre eles, uma vez que a abertura comercial isolada constituía trocas comerciais desvantajosas.

³ Entre estes acordos temos o NAFTA. Acordo entre estados Unidos, Canadá e México iniciado em 1994; a União Europeia que foi estabelecida em 1993; o SAARC entre Índia, Paquistão, Nepal, Sri Lanka, Bangladesh, Butão e Maldivas assinado em 1994; também em 1994, foi assinado o tratado de cooperação econômica da Ásia e do Pacífico que atualmente tem 21 membros. Entre eles temos: Austrália, Canadá, China, Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, entre outros.

⁴ Consenso de Washington é um conjunto com 10 regras formulado por instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos que serviu como base para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldade. As 10 regras são: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização de estatais, desregulamentação, direito à propriedade intelectual.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS PROTECIONISTAS: CONCEITO

Em uma economia global, as empresas não se preocupam apenas com concorrentes dentro de seus países já que empresas fora das fronteiras do país podem acessar o mercado interno através da exportação. Quando incluímos a concorrência externa, empresas locais voltam seu olhar para a taxa de cambio real.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) não menciona qualquer norma a respeito da fixação da taxa de cambio, já que este é um mecanismo essencialmente monetário. Seu objeto de análise é a troca internacional de mercadorias e serviços e sua instrução aos países envolvidos é mante-los em direção ao livre comercio. Das políticas protecionistas mais utilizadas temos as tarifas de importação, quotas de importação e os subsídios à produção.

A política tarifária é entendida como *second best*, já que aumenta o preço do produto importado permitindo que a indústria nacional do produto semelhante aproxime seus preços de importação majorados pela política comercial. Os subsídios a produção são tidos como *first best*, pois reduzem custos e visam perpetuar avanços tecnológicos e ganhos de produtividade no seio da indústria nacional.

II.1 – A metodologia no Mercosul

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o Mercosul “tem como objetivo a formação de um mercado comum com a) livre circulação de bens, serviços, trabalhadores e capital, por meio, entre outros, da redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias e de medidas de um efeito equivalente; b) política comercial uniforme comum em relação a terceiros países/blocos, com a adoção de uma tarifa externa comum; c) coordenação das políticas macroeconômicas e harmonização das políticas alfandegária, tributária, fiscal, cambial, monetária, de investimentos, de comércio exterior, de serviços, de transportes, de comunicações, agrícola, industrial, trabalhista, entre outras; d)

harmonização dos códigos legislativos dos países-membros da área definidas como pertinentes ao processo de integração”.⁵

Ao longo dos anos as barreiras tarifárias foram reduzidas para um conjunto significativo de produtos, mas muitos outros ainda estão sob salvaguardas e regimes de exceção (MACHADO 2008) TORNANDO A União Aduaneira – institucionalização de uma Tarifa Externa Comum – incompleta e imperfeita.

II.1.1 - A Tarifa Externa Comum (TEC)

O Mercosul possui uma tarifa de importação denominada TEC – Tarifa Externa Comum – que tem como objetivo proteger as indústrias locais. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a TEC criada desde 1992 “....deve incentivar a competitividade dos Estados Partes e seus níveis tarifários devem contribuir para evitar a formação de oligopólios ou de reservas de mercado.

O MDIC também informa que a TEC do MERCOSUL deve atender aos seguintes critérios: a) ter pequeno número de alíquotas; b) baixa dispersão; c) maior homogeneidade possível das taxas de promoção efetiva (exportações) e de proteção efetiva (importação); d) que o nível de agregação para o qual seriam definidas as alíquotas era de seis dígitos”. A TEC visa, portanto, uma proteção para setores da economia que os governos veem como estratégicos.

Pelos estatutos da TEC, ela pode ser alterada de maneira definitiva ou provisória pelos integrantes do MERCOSUL. Fica demonstrado pela CAMEX⁶ que informa:

“A alíquota do imposto de importação pode ser alterada de forma definitiva, através da alteração permanente da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL – TEC, ou de forma provisória, através (i) da redução da alíquota do Imposto de Importação ao Amparo da Decisão Grupo Mercado Comum do MERCOSUL 08/08, por abastecimento, (ii) da redução ou majoração da alíquota de Imposto de Importação na Lista de Exceções à TEC, (iii) de reduções temporárias da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital e bens de informática e telecomunicações não produzidos por mecanismo de ex tarifário, (iv) da elevação tarifária temporária ao amparo da Decisão Conselho Mercado Comum do MERCOSUL 39/11, sendo que esta última entrará em vigor brevemente”.

⁵ <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>

⁶ CAMEX é uma câmara do Conselho de Governo com atribuição de formular políticas públicas, cujas ações e políticas ultrapassem as competências de um único Ministério (Lei nº 10.683/2003), relacionadas com o comércio exterior.

O mecanismo de funcionamento da TEC será analisado no tópico abaixo sobre barreiras de importação já que a TEC é um nome dado pelo MERCOSUL para barreiras de importação.

II.1.2 - Tarifas de importação

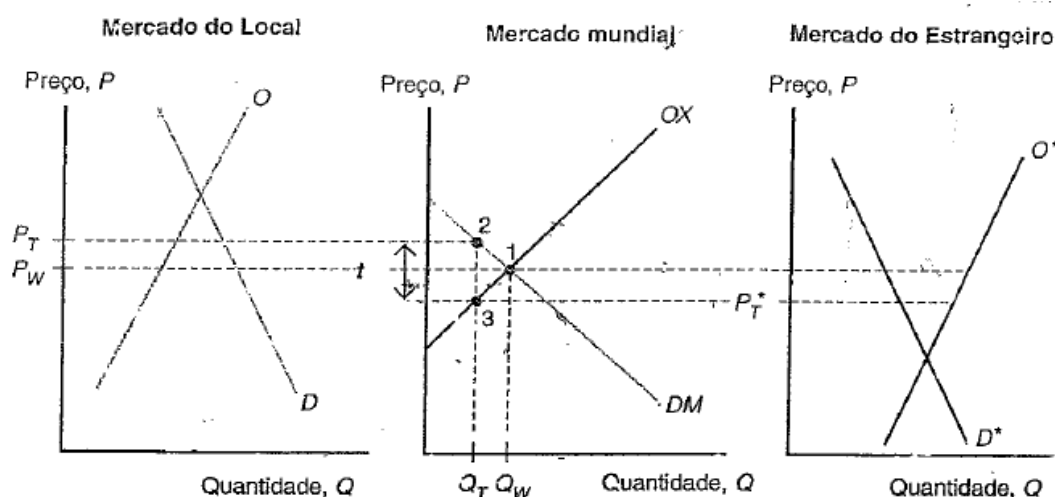
Tarifa de importação consiste em um imposto que é cobrado quando um bem é importado. De acordo com a literatura especializada podemos ter uma tarifa específica que seria um valor fixo cobrado para cada unidade importada do bem ou uma tarifa *ad valorem* que seria um valor percentual incidente sobre o preço do bem. As tarifas podem ser utilizadas como fonte de renda do governo, entretanto, seu principal objetivo é proteger determinados setores domésticos.

De acordo com o modelo do equilíbrio parcial, Krugman & Obstfeld (1999) faz sua análise baseada em dois países, o Local e o Estrangeiro. Considerando que eles produzam e consumam determinado bem, por exemplo, trigo. Para facilitar o modelo os custos de transporte não existem. Por ser um produto com substitutos perfeitos, a demanda e a oferta são em função do preço do mercado. Usualmente, demanda e oferta do Local dependem do preço na moeda Local, assim como no caso do Estrangeiro, onde oferta e demanda dependem do preço na moeda Estrangeira. Facilitando o modelo vamos supor que o local e o Estrangeiro possuem taxa de cambio 1 em moeda Local = 1 em moeda Estrangeiro.

Só existirá comércio entre o Local e o Estrangeiro caso os preços, na ausência de comércio, sejam diferentes. Supondo que na ausência de comércio, o preço do trigo no Local seja maior que no Estrangeiro. A partir daí, havendo comércio entre o Local e o Estrangeiro, exportadores decidiram levar trigo do Estrangeiro para o Local. Com o desenvolvimento desse comércio, teremos uma elevação do preço no Estrangeiro e uma redução do preço no Local até que as diferenças sejam eliminadas.

Na figura abaixo temos os efeitos de uma tarifa específica de US\$ t por unidade de trigo. Na ausência de tarifa, o preço do trigo no Local e no Estrangeiro seriam iguais a P_w . Ao ser implementada a tarifa, os exportadores só irão levar o trigo do Estrangeiro para o Local caso o preço no Local exceda o do Estrangeiro em pelo menos US\$ t (valor da tarifa). Caso o trigo não seja levado do Estrangeiro para o Local teremos um excesso de oferta no Estrangeiro e um excesso de demanda no Local, causando aumento de preços no Local e redução no Estrangeiro até que a diferença de preços seja US\$ t.

Gráfico 1: Efeitos de uma tarifa de importação



Fonte: KRUGMAN, P., OBSTFELD, M., Economia Internacional – Teoria e Política (1999)

A introdução da tarifa faz o preço aumentar no Local para P_T enquanto que o preço no Estrangeiro cai para $P_T^* = P_T - t$. Como resultado da política, os produtores no Local ofertam mais em função do preço mais alto o que acarreta redução na demanda e, conseqüentemente, menos importações são demandadas. Já no Estrangeiro, o preço menor causa redução na oferta e aumento na demanda causando uma oferta de exportações menor. Logo, como mostra o gráfico, temos uma redução no volume comercializado de trigo que, em livre comércio era Q_W e, após a tarifa passa para Q_T . No volume de comércio Q_T , a demanda por importações do Local é igual a oferta de exportações do Estrangeiro quando $P_T - P_T^* = t$.

O aumento do preço no Local, de P_W para P_T , é menor que o montante da tarifa, pois parte da tarifa se reflete em um declínio do preço das exportações do Estrangeiro e, portanto, não é repassada aos consumidores do Local. Tal resultado é o natural para uma tarifa ou qualquer política comercial que limite as importações.

Do mesmo modo que Krugman & Obstfeld (1999) descreve os efeitos de uma tarifa, Bauman, Canuto e Gonçalves (2004) citam diversos efeitos da adoção de uma tarifa. Entre eles temos efeito sobre a produção (estímulo a produção interna competidora com importações), efeito sobre o consumo (redução do nível de consumo do produto importado), efeito fiscal (aumento da arrecadação fiscal derivada do novo imposto sobre importações), efeito sobre alocação dos fatores de produção (que tenderão a mover-se em direção aos setores mais protegidos contra concorrência de produtos importados) e efeitos distributivos.

Entre os efeitos distributivos temos efeitos sobre a renda real do trabalhador, em função do peso do produto importado (agora mais caro) na cesta de consumo, os efeitos da alocação dos recursos fiscais derivados do imposto sobre importações, efeitos associados ao aumento da remuneração dos fatores de produção empregados na indústria competidora com importações.

Geralmente o objetivo das tarifas é proteger o produtor Local frente ao Estrangeiro reduzindo a importação, mas não a eliminando por completo. Entretanto, o governo pode adotar uma barreira tão alta que elimine qualquer possibilidade do produto vindo do Estrangeiro chegar ao Local. Essa barreira é chamada de barreira proibitiva por Baumann R. et all (2004). Segundo eles, barreira proibitiva é aquela que anula qualquer possibilidade de comércio tornando a demanda por um determinado produto igual a oferta interna.

II.1.3 – Barreiras não-tarifárias; o caso do Mercosul

O governo Argentino, em algumas ocasiões, se utilizou de barreiras não tarifárias para dificultar a importação de produtos, principalmente brasileiros, em seu território. Esse mecanismo tem objetivo similar ao das barreiras tarifárias, que é proteger o mercado consumidor interno para os produtos locais e deixando pouca margem de consumo para os importados uma vez que ocorre um aumento nos preços. Os exportadores têm dificuldade em cruzar esse tipo de barreira em função de seu caráter subjetivo não se tratando de um simples aumento de preços como outras barreiras. Recentemente foi utilizado pelo governo argentino através de uma espécie de selo. Para ingressar no país vizinho, produtos brasileiros deveriam ter um selo fornecido pelo governo argentino para assim ingressarem no país. Essa política gerou retaliação do governo brasileiro e também dificultou a entrada de produtos argentinos no Brasil. Como o produto brasileiro acabou não entrando na Argentina e o argentino no mercado brasileiro, se fez necessário o uso de produtos locais para suprir a demanda ou, em casos extremos, falta de oferta do produto. Além dessa, os governos também utilizam a necessidade de aprovação para certo produto ingressar no país. Ou seja, quando um país decide importar, o produto só ingressa no país importador após aprovação do governo. Essa medida vem sendo utilizada tanto pelo governo argentino como pelo brasileiro com o objetivo de controlar o saldo da balança comercial entre os países. Essas situações bem como seus efeitos são descritos por MACHADO (2008) da seguinte maneira

“(...) a gestão das políticas nacionais mantiveram ou criaram obstáculos à consolidação do regime de livre comércio na região, entre elas, a adoção de restrições não tarifárias às importações,

o uso do mecanismo de licença prévia às importações, a aplicação de medidas de defesa comercial para coibir importações intrazona e a não internalização nas legislações domésticas de regras e procedimentos acordados em âmbito comunitário. Ao elevarem os custos de transação no mercado integrado, esses obstáculos inibem os movimentos de terceirização das empresas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de redes produtivas regionais.” (página 18)

II.2 – Exemplos de políticas protecionista utilizadas pelo resto do mundo

O Mercosul por ter como objetivo ser uma área de livre comércio que não se utiliza de uma série de medias protecionistas utilizadas no comércio mundial. Apesar do bloco não utilizar internamente, podem utilizar em acordos com outros países ou blocos para proteger o produtor local. Como principais políticas temos: as tarifas de importação (já mencionadas), quotas de importação que são barreiras não tarifárias, subsídios à produção e à exportação.

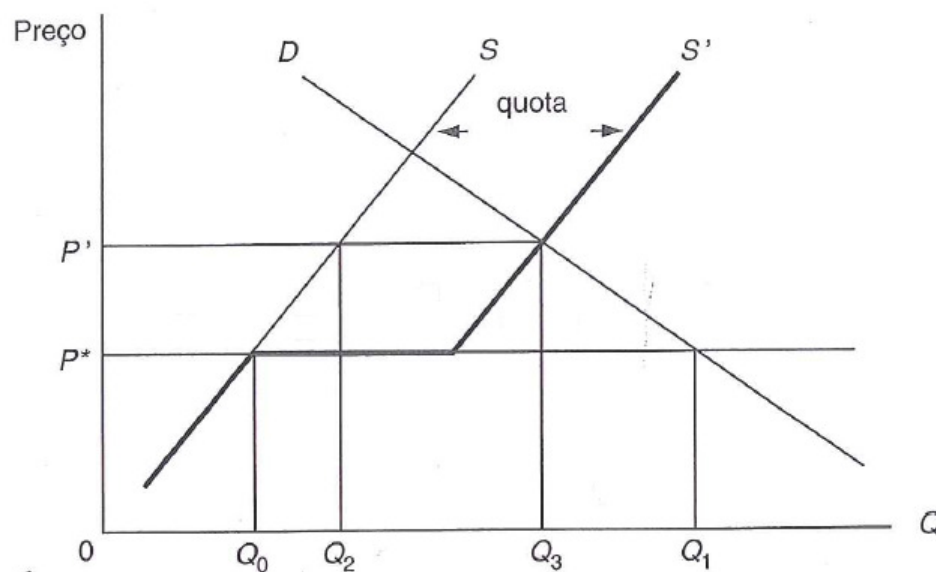
II.2.1 - Barreiras não tarifárias

Barreiras não tarifárias são, conceitualmente, medidas e instrumentos de política econômica que afetam o comércio entre países e que dispensam o uso de mecanismos tarifários. A barreira não tarifária mais utilizada e mais comum é a cota de importação.

De acordo com Krugman & Obstfeld (1999), uma cota de importação é uma restrição direta sobre a quantidade de algum bem que pode ser importado. O principal efeito de uma cota de importação é o aumento do preço do bem importado. Uma vez que a oferta é limitada a certa quantidade, o efeito natural seria um aumento de preços voltando as curvas de oferta e demanda para o equilíbrio.

Bauman, et alli (2004) mostram essa situação com base em um modelo onde um país com excesso de demanda por importações tem taxa de câmbio fixa e invariável. Em determinado momento o governo decide conter as importações impondo restrições sobre o volume importado, limitando-a a um nível máximo. O gráfico abaixo mostra a situação.

Gráfico 2: Efeitos de uma quota da importação



Fonte: BAUMAN,R, et all, Economia Internacional (2004)

O país inicialmente possuía excesso de demanda por importações igual a $Q_0 - Q_1$, considerado excessivo. O governo decide impor um limite as importações igual a $Q_2 - Q_3 < Q_0 - Q_1$.

Como agora o volume importado é limitado a um nível inferior ao nível que a população demandaria, temos um aumento no nível de preços do produto importado no mercado interno. Esse preço sobe de P^* para P' onde $P' > P^*$.

Sempre que o preço for superior a P^* os importadores terão interesse em atender a demanda interna por importações. Esse mecanismo faz com que a nova curva de produtos importáveis após imposição da quota tenha o formato da parte mais escura do gráfico. Para preços a partir de P^* haverá oferta que gerará uma curva de oferta paralela a curva original já que possuem mesma elasticidade.

Com o preço internacional P^* e a quota $Q_2 - Q_3$, há um excesso de demanda que acarreta aumento do preço interno. O novo preço que equilibra o mercado passa a ser P' , o que faz com que a produção interna (Q_2) mais a quota de importação sejam iguais a demanda total (Q_3).

Bauman, et alli (2004) concluem que quotas são em geral preferidas em relação às tarifas, por causa de seu efeito sobre importações. No entanto, uma quota define um limite superior ao volume importado, e o efeito exato, por exemplo, sobre a produção de produtos concorrentes com os importados, depende da estrutura do mercado interno para o produto importável.

Além disso, confirmam a ideia de Krugman & Obstfeld (1999) que diz que a maior diferença de uma quota em relação à imposição de uma tarifa está no fato da tarifa gerar arrecadação de recursos fiscais (para o governo) já que é um imposto enquanto que a quota é apenas uma restrição quantitativa.

II.2.2 - Subsídios à produção e à exportação

O subsídio à exportação é um tema polêmico internacionalmente. A literatura especializada mostra que incentivos às exportações compreendem todas as ações de apoio direto ou indireto à atividade exportadora. Aí estão incluídos, por exemplo, o apoio à realização de feiras internacionais, a isenção de impostos sobre a circulação interna de mercadorias, a criação de agências no exterior para apoio logístico aos exportadores nacionais, e uma série de outras medidas desse tipo. Boa parte dessas ações é plenamente aceitável pelos demais países e não constitui motivo de controvérsia nas negociações internacionais. A ideia de subsídio envolve uma transferência de renda real da sociedade a um setor selecionado, no caso o setor exportador. Os subsídios assim considerados são objeto de regulamentação explícita por parte da Organização Mundial do Comércio (OMC). Vários países já entraram com pedidos junto à OMC para verificar o uso desse tipo de política que ainda ocorre por baixo dos panos principalmente nos Estados Unidos que é um dos países que mais recebe acusações sobre esse tema. Apesar de se tratar de uma política protecionista, não costuma ser usada de maneira aberta em função do seu modo de atuação. Os subsídios à exportação ocorrem quando o governo paga determinada quantia aos exportadores. A partir do momento que o governo arca com uma parcela dos custos, exportadores do país podem deixar de ser ineficientes a líderes de mercado global. Ela possui racional similar a tarifa de importação, mas ao contrário. Essa política ao invés de aumentar o preço do produto importado, torna o produto exportado mais barato internacionalmente. Em função disto, fica difícil a OMC comprovar o uso dessa política.

Os subsídios à produção por sua vez, tem papel muito importante principalmente no que diz respeito a avanços tecnológicos. Quando o governo subsidia a produção de

determinado bem, além de ser benéfico para população que tende a obter esses produtos com preços inferiores, também pode funcionar de maneira conjunta aos empresários para avanços tecnológicos. Na agricultura, brasileira, por exemplo, os produtores em ações conjuntas com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) desenvolvem sementes geneticamente modificadas mais fortes contra determinadas pragas, sementes com maior produtividade. Tais ações podem ser consideradas subsídios à produção proveniente de iniciativas do governo que se constituem em forças competitivas internacionais.

Logo, concluímos que subsídios à produção são benéficas para a população do país enquanto que os subsídios a formação do preço de exportação, simplesmente são maléficas à população local uma vez que destina renda as atividades exportadoras que poderia ser utilizada em atividades socialmente mais justificadas.

CAPÍTULO III. O COMÉRCIO NO MERCOSUL

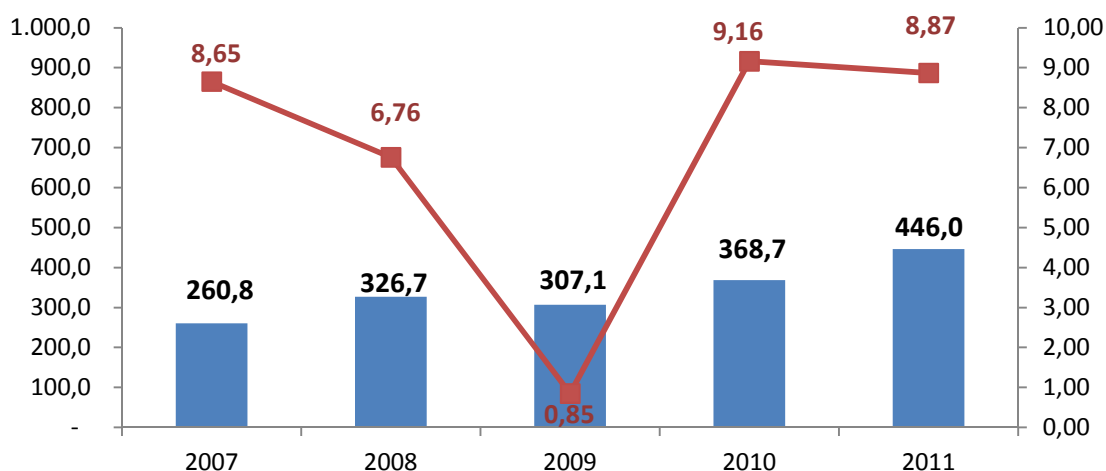
Este capítulo avalia o grau de dependência entre os países do MERCOSUL e entre eles e o resto do mundo. Esse destaque é feito através das importações e exportações dentro do bloco e fora dele. Paralelamente a essa análise é válido situar os países economicamente com o resto do mundo. Para tal, será usado como base o PIB (Produto interno bruto).

III.1 – Cenário Macroeconômico

III.1.1 – Argentina

A Argentina ocupava em 2011 o 27º lugar no *ranking* dos países por PIB. Resultado pior que o apresentado em 2010 quando o país ocupava a 25º colocação. Seu PIB em 2011 foi de 446 bilhões de dólares, com um crescimento nominal de quase 21% frente a 2010 e crescimento real⁷ de quase 9%. Segue abaixo a evolução do PIB argentino bem como sua taxa real de crescimento.

Gráfico 3: Evolução do PIB argentino (em bilhões de dólares) e taxas de crescimento real



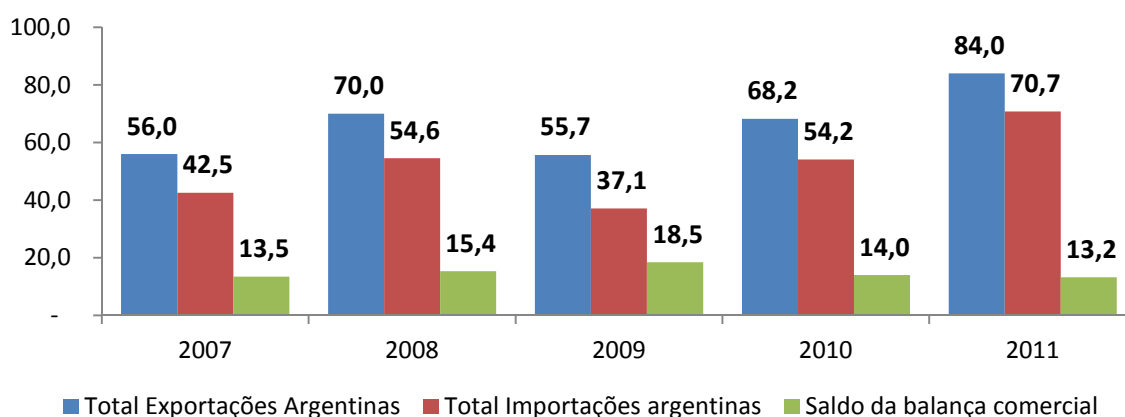
⁷ Taxa de crescimento real do PIB foi calculado considerando o PIB de cada ano a preços constantes

Fonte: Banco Mundial (2012)

O país apresentou crescimentos estáveis ao longo dos anos exceto no ano de 2009 que foi logo após a crise de 2008.

Em 2009 o peso argentino sofreu forte desvalorização frente ao dólar, o que indica forte saída de dólares do país já que quanto menos moeda estrangeira em circulação no país mais apreciado fica o câmbio e vice versa. Esse resultado não ocorreu em função da balança comercial (exportação menos importação) como podemos ver no gráfico abaixo:

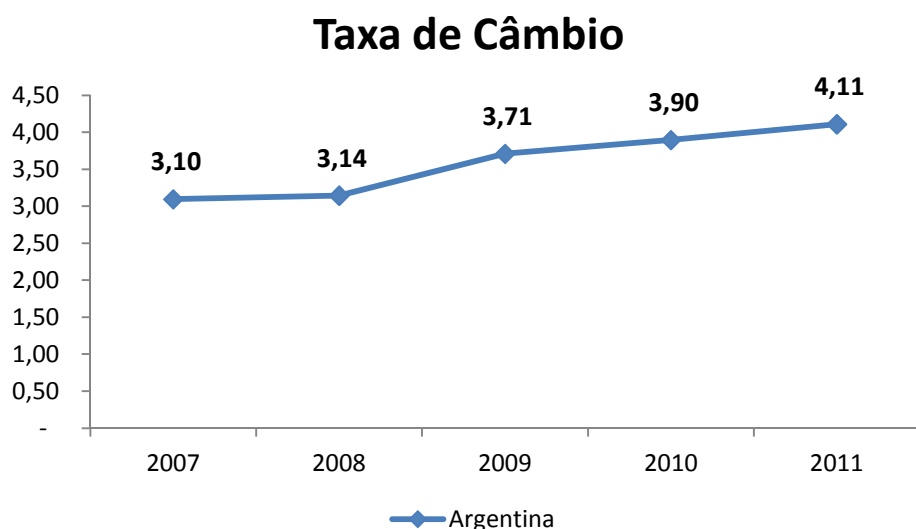
Gráfico 4 : Importação vs Exportação e Balança comercial Argentina (em bilhões de dólares)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Com isso, podemos concluir que um dos principais fatores do baixo crescimento do PIB em 2009 foi a retração no investimento externo seja ele de portfólio, que é aquele destinado a aplicações financeiras ou direto que é aquele destinado à ampliação da capacidade produtiva. Abaixo temos a evolução da moeda argentina em comparação com o dólar no mesmo período destacado acima:

Gráfico 5: Evolução da taxa re câmbio argentina (Peso x Dólar)



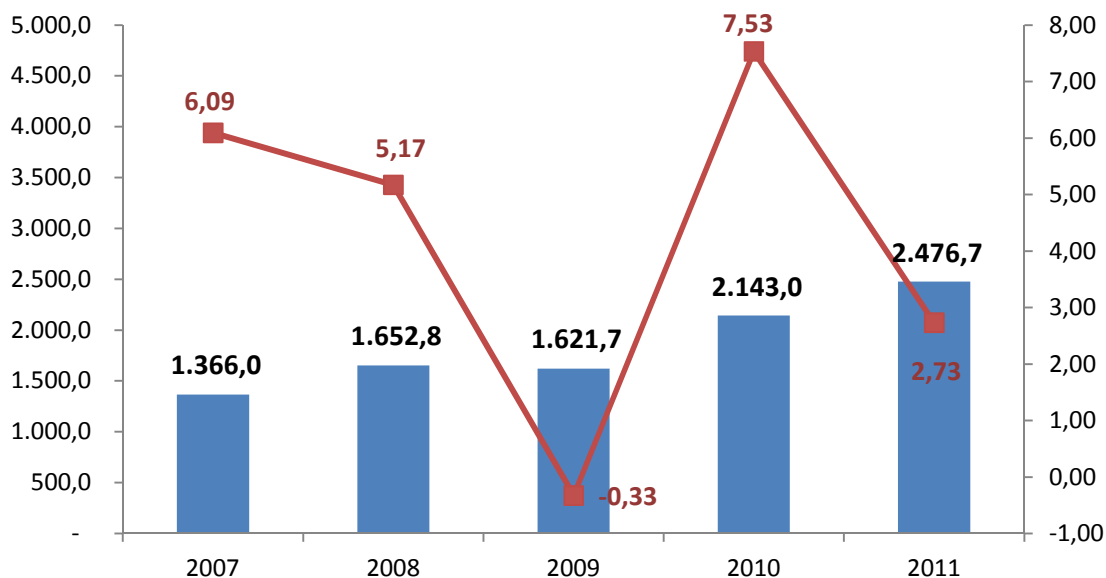
Fonte: Banco Mundial (2012)

A taxa de câmbio desvalorizada frente ao dólar é um incentivo a mais para os produtores locais uma vez que quanto mais desvalorizado é o câmbio, menor é o incentivo às importações e maior é o incentivo às exportações. Mecanismo esse que é confirmado no próprio ano de 2009 que além de apresentar maior variação do peso, também foi o ano com maior superávit na balança comercial argentina

III.1.2 – Brasil

O Brasil é o principal país do MERCOSUL. Em 2011 ocupava a 6 colocação, uma posição acima da apresentada em 2010. Possui um PIB quase 6 vezes superior ao da Argentina (dados de 2011) chegando a 2,5 trilhões de dólares. Apresentou um crescimento nominal de 16% e real de 2,73% no ano de 2011. Por ser um país muito superior economicamente quando comparado à Argentina, apresenta taxas de crescimento um pouco inferiores e é mais afetado pelo mundo do que a Argentina. Segue abaixo a evolução do PIB brasileiro bem como suas taxas de crescimento real.

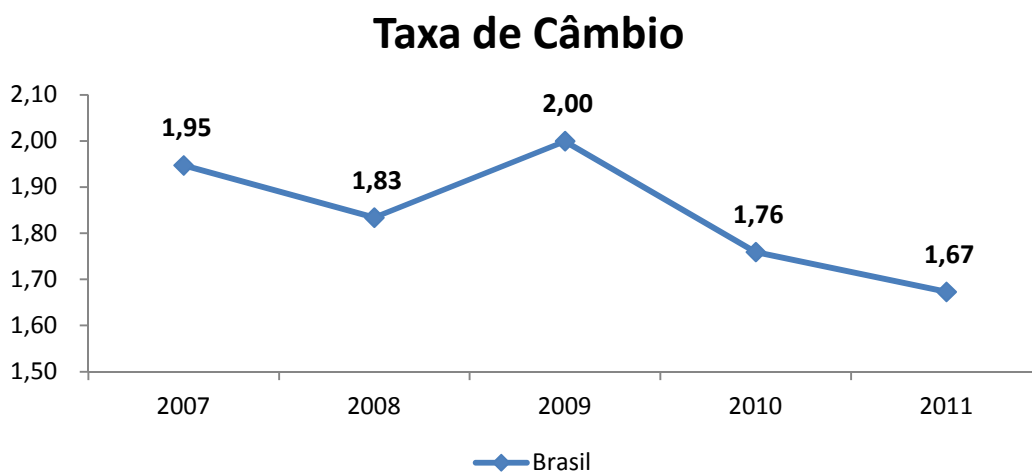
Gráfico 6: Evolução do PIB brasileiro (em bilhões de dólares) e taxas de crescimento real



Fonte: Banco Mundial (2012)

Os abalos da crise de 2009 foram sentidos de maneira muito mais forte pelo Brasil que pela Argentina, entretanto, seus efeitos foram diferentes nos anos seguintes. Apesar de o real ter se desvalorizado no ano de 2009, os anos subsequentes foram anos de forte valorização do real como podemos verificar abaixo:

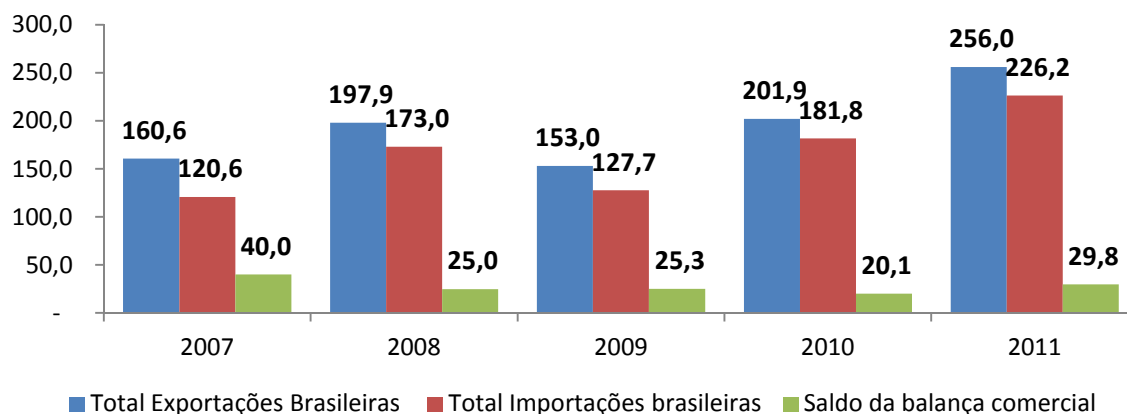
Gráfico 7: Evolução da taxa de câmbio brasileira (Real x Dólar)



Fonte: Banco Mundial (2012)

O movimento inicial foi o mesmo que o presenciado na Argentina, em função da saída de dólares, a moeda acabou se desvalorizando. O que aconteceu de diferente foi que em 2010 o real teve forte valorização. Valorização essa superada em 2011. Isso aconteceu em função das expectativas do mundo em relação ao Brasil. Inicialmente os dólares saem dos países em direção a investimentos mais seguros que, justamente em função de sua segurança apresentam retornos baixíssimos, alguns próximos de zero. Esses dólares migram para os títulos norte-americanos, que são os papéis mais seguros do mundo. Após passar o nervosismo inicial, os investidores verificaram a segurança brasileira e resolveram buscar por títulos não tão seguros mais com retornos muito superiores aos norte-americanos no Brasil. Além disso, o governo brasileiro adotou medidas que tinham como objetivo controlar a taxa de câmbio, como por exemplo, a venda de dólares por parte do Banco Central bem como alterações nas taxas de juros. Essa variação na taxa de câmbio teve como consequência os menores saldos na balança comercial como podemos verificar abaixo, exceto no ano de 2011 que a moeda já havia se estabilizado:

Gráfico 8: Importação vs Exportação e Balança comercial brasileira (em bilhões de dólares)

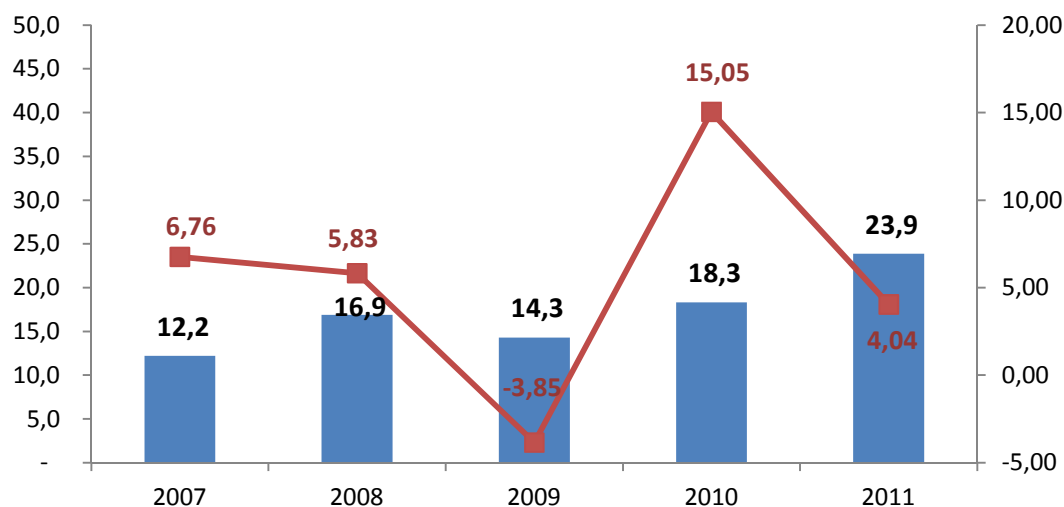


Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

III.1.3 – Paraguai

O Paraguai, em 2011 ocupava a posição de número 102, apresentando uma queda acentuada já que em 2010 ocupava a posição 89. Essa posição se deve ao fato do PIB paraguaio ter sido de 23,9 bilhões de dólares em 2011 e crescimento real de 4% segundo gráfico abaixo.

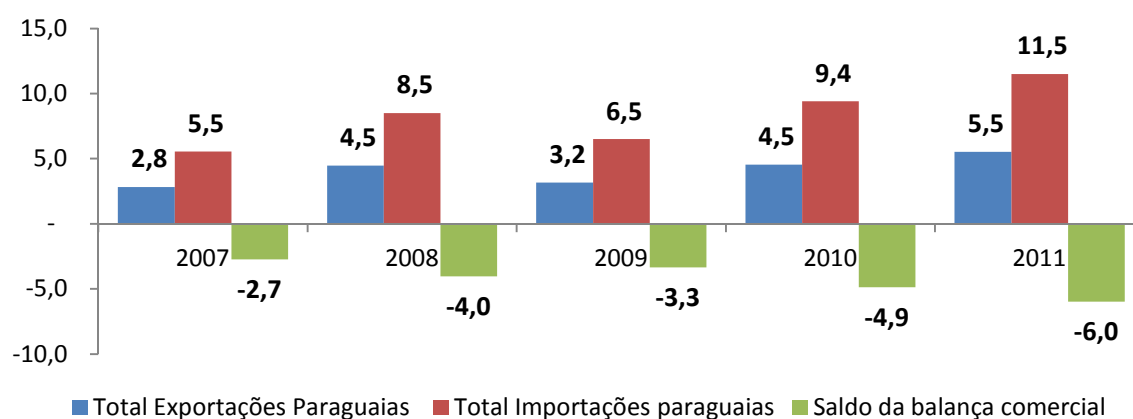
Gráfico 9: Evolução do PIB paraguaio (em bilhões de dólares) e taxas de crescimento real



Fonte: Banco Mundial (2012)

O Paraguai, por ser um país com PIB tão pequeno acaba sendo muito deficitário em sua balança comercial, uma vez que o país não possui competitividade internacional e possui uma economia pouco desenvolvida. Essa relação é demonstrada no gráfico a seguir.

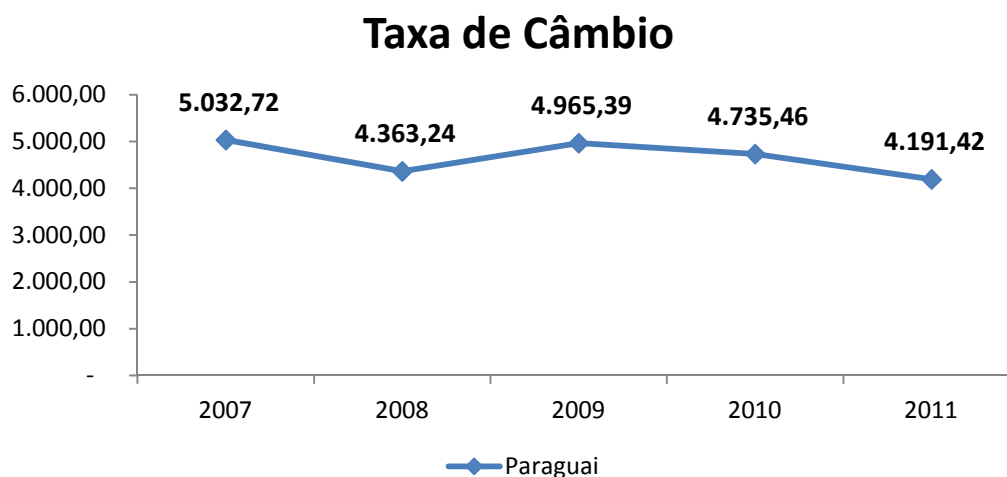
Gráfico 10: Importação vs Exportação e Balança comercial paraguaia (em bilhões de dólares)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Após a forte queda evidenciada em 2009, o Paraguai apresentou um fortíssimo crescimento muito em função da safra recorde verificada no país no ano de 2010. A forte queda em 2009 também afetou a taxa de câmbio no país como podemos verificar abaixo.

Gráfico 11: Evolução da taxa de câmbio paraguaia (Guarani x Dólar)

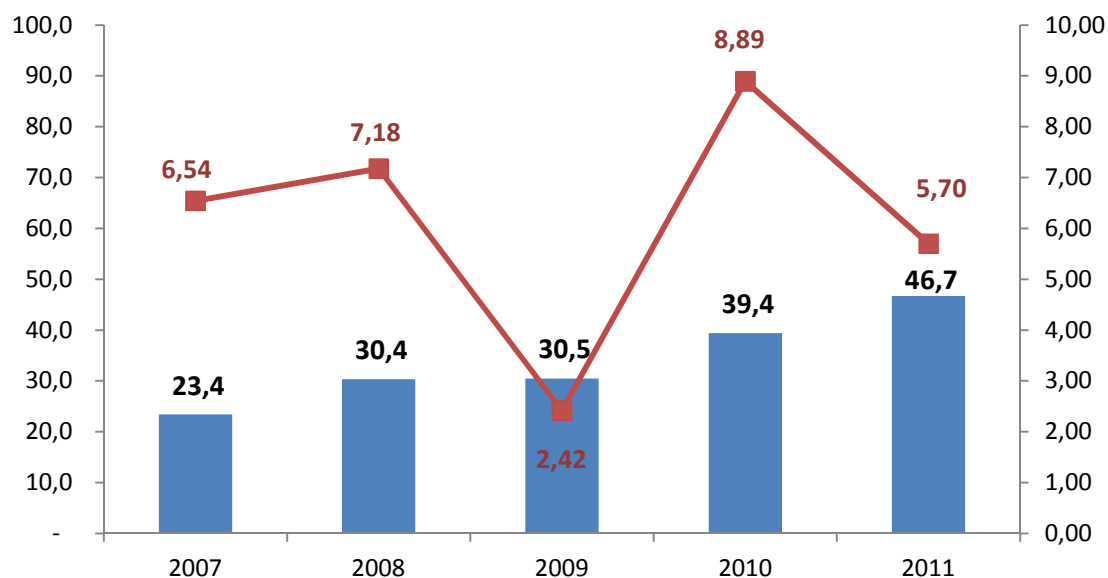


Fonte: Banco Mundial (2012)

III.1.4 – Uruguai

O Uruguai, em 2011 ocupava a posição de número 77 no ranking, muito abaixo da apresentada em 2010 quando ocupava a posição 69. Com um PIB muito distante de Argentina e Brasil, é a terceira força do bloco. Com um PIB de 46,7 bilhões de dólares em 2011, quase o dobro do Paraguai e quase 10 vezes inferior ao da Argentina podemos notar as diferenças econômicas entre os países do MERCOSUL. Abaixo temos a evolução do PIB e sua taxa de crescimento real.

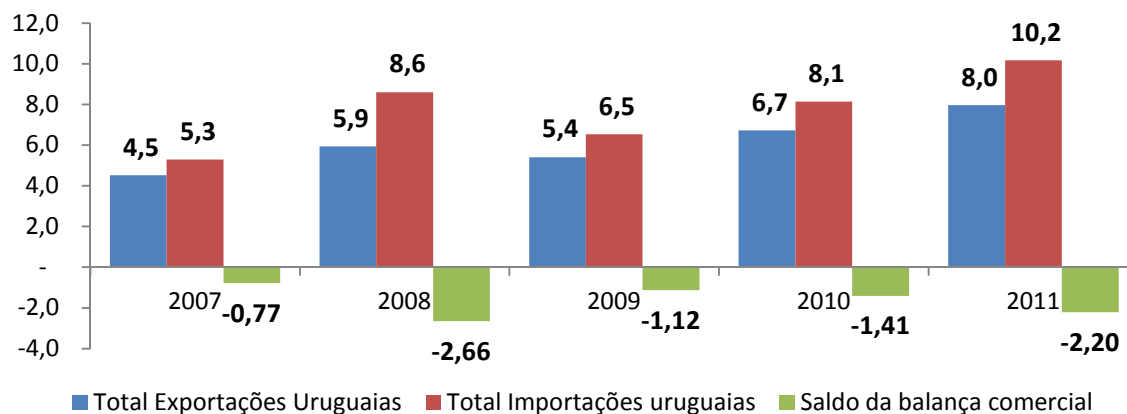
Gráfico 12: Evolução do PIB uruguaio (em bilhões de dólares) e taxas de crescimento real



Fonte: Banco Mundial (2012)

Como podemos verificar, o país vem atingindo fortes crescimentos e foi o que menos sofreu com os efeitos da crise de 2008. Esse fato pode indicar a pouca presença de investimentos internacionais no país já que os países que mais sofreram foram os com grande participação de capital internacional. Por um lado isso é bom porque mostra uma baixa dependência dos outros países para seu crescimento, mas por outro lado pode demonstrar um relativo atraso tecnológico já que as empresas multinacionais tendem a ser as mais avançadas tecnologicamente. Isso pode ser verificado no gráfico abaixo, uma vez que o país apresenta uma balança comercial deficitária.

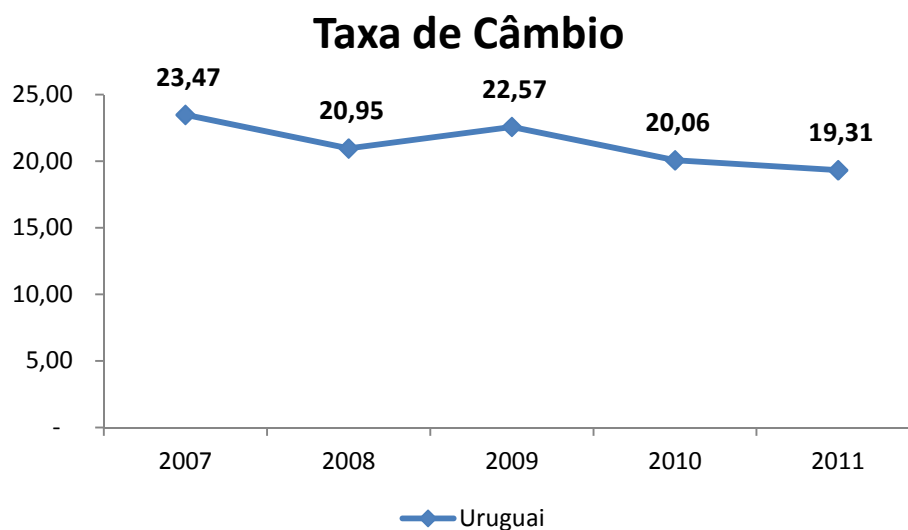
Gráfico 13: Importação vs Exportação e Balança comercial uruguaia (em bilhões de dólares)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

No ano de 2009 seu câmbio também sofreu uma forte desvalorização, logo revertida como podemos verificar abaixo.

Gráfico 14: Evolução da taxa de câmbio uruguaio (Peso uruguaio x Dólar)



Fonte: Banco Mundial (2012)

III.2 – A dependência dos países ao bloco

Em julho de 2006, os países do MERCOSUL definiram as pautas para um plano de desenvolvimento e integração produtiva regional. Este plano tinha como objetivo uma integração produtiva no MERCOSUL. De acordo com MACHADO (2008),

“O Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL tem como objetivo fortalecer a conexão produtiva das empresas do MERCOSUL, principalmente das PME⁸, e aprofundar o processo de integração do bloco, consolidando o aumento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes. O Programa abrange sete linhas de ação, que compreendem: (i) a cooperação entre atores do processo produtivo; (ii) a complementação em pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia; (iii) a formação de recursos humanos; (iv) a coordenação com outras instâncias negociadoras do bloco; (v) a geração e o processamento de informações; (vi) a articulação de medidas de facilitação do comércio; e (vii) a concessão de financiamentos, por intermédio de mecanismos como o Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.” (página 15)

Pelo proposto acima, os países poderiam se especializar em cada parte da cadeia produtiva através da divisão do trabalho que traria ganhos para as indústrias locais que passariam a ser mais competitivas no setor que lhes coubesse. O financiamento por sua vez, facilitaria avanços tecnológicos de cada setor uma vez que a tendência seria de empréstimos a juros baixos que incentivariam o investimento produtivo. Entretanto, o contexto histórico do bloco dificulta essa aproximação como é evidenciado no trecho abaixo:

“(...)é importante reconhecer que o contexto regional não oferece um ambiente favorável ao florescimento da integração produtiva. Razões de ordem histórica e estrutural impõem dificuldades ao desenvolvimento de processos de integração produtiva na região. A primeira é de que historicamente o fenômeno da cooperação industrial apresenta escassa ocorrência no MERCOSUL, tanto no âmbito das respectivas economias nacionais, quanto no das relações dos sistemas produtivos locais com o resto do mundo.” (página 16)

Outro fator preponderante para essa ausência de integração está no modelo de desenvolvimento dos países que compõem o MERCOSUL. Suas indústrias locais não são incentivadas a competição, muito pelo contrário. Os governos para garantir o desenvolvimento da indústria nacional criou uma série de barreiras para o ingresso do bem importado o que faz com que indústrias pouco desenvolvidas e competitivas compitam de maneira igual a indústrias muito mais evoluídas. Essa proteção além de ter sido via barreiras tarifárias muitas vezes ocorreu com políticas cambiais que forçaram o câmbio para baixo e desestimularam as importações. Outro fator é a enorme diferença econômica que já foi citada anteriormente. Esse cenário é descrito por MACHADO (2008) em:

⁸ Pequenas e médias empresas

“A prevalência durante décadas de modelos de desenvolvimento baseados na substituição de importações criou estruturas produtivas autárquicas e pouco conectadas com o comércio internacional. Não há dúvida de que uma das heranças negativas desse modelo é de que ele, ao gerar uma baixa exposição da estrutura industrial à concorrência, pouco induz as empresas a adotarem modelos novos ou mais modernos de organização da produção. A segunda está relacionada com um conjunto de fatores estruturais, especialmente: (i) a assimetria de tamanho entre as economias do MERCOSUL; (ii) os distintos graus de diversificação das estruturas produtivas nacionais; e (iii) a elevada heterogeneidade competitiva das estruturas produtivas estabelecidas nos distintos países.” (páginas 16 e 17)

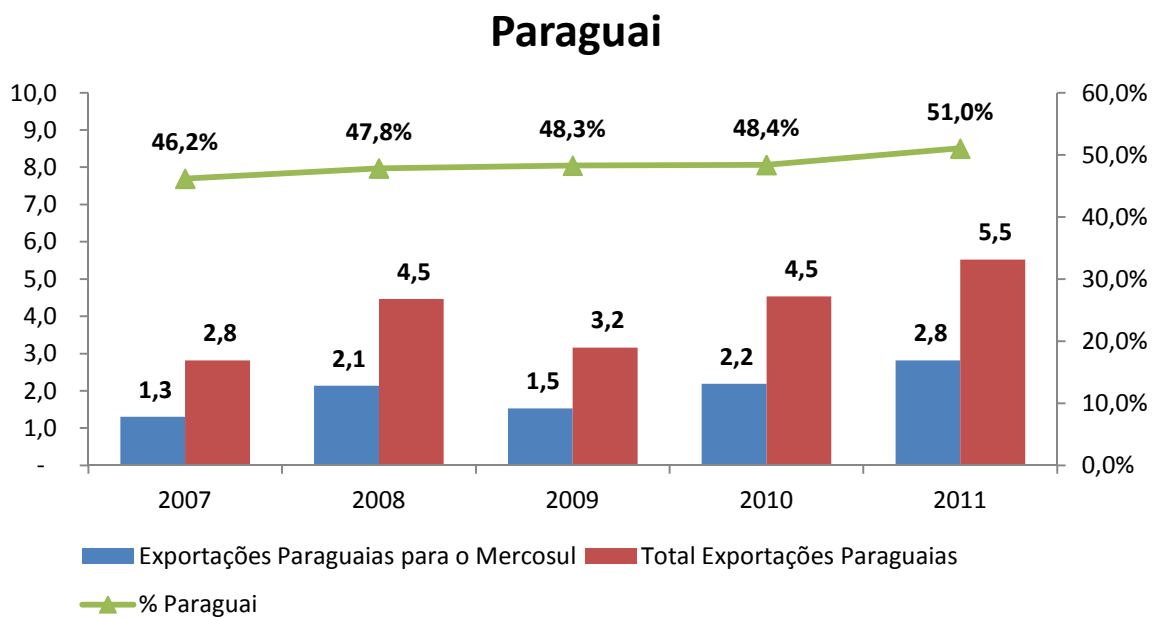
Na medida em que os países do MERCOSUL diminuíssem suas diferenças, eliminassem totalmente suas barreiras tarifárias e, principalmente, as não tarifárias e de fato fizessem a sugerida integração produtiva, isso poderia ser benéfico para tanto Argentina como Brasil, Paraguai e Uruguai usando como base o modelo de vantagens comparativas. Esse modelo sugere que um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país que nos outros. Nesse modelo cada país se especializa na produção de determinado produto ou parte dele o que acarreta aumento da produção deste. Logo, a conclusão essencial sobre comércio internacional e vantagem comparativa é que o comércio entre dois países pode beneficiar a ambos se cada país exportar os produtos em que possui uma vantagem comparativa.

A seguir abordamos a evolução regional do comércio dos países do MERCOSUL inter e extra regional.

III.2.1 - Paraguai

O país mais dependente do comércio com o MERCOSUL é o Paraguai. Do total de suas exportações, em média, mais de 48% foram destinadas ao MERCOSUL segundo gráfico abaixo.

Gráfico 15: Exportações paraguaias para o MERCOSUL e total das exportações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

O total de exportações paraguaias subiu nominalmente na série histórica 96% enquanto que as exportações para o MERCOSUL aumentaram mais de 115%, o que demonstra um aumento na dependência ao bloco.

Com uma exportação baseada em produtos primários, temos listados abaixo os 10 principais.

Tabela 1: 10 principais produtos exportados pelo Paraguai ao MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Soja, mesmo triturada	4,99
2	Milho	1,03
3	Trigo e mistura de trigo com centeio	0,77
4	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	0,35
5	Arroz	0,21
6	Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos destinados a fechar recipientes, de plástico	0,18
7	Óleos de girassol, de cártamo ou de algodão e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	0,18

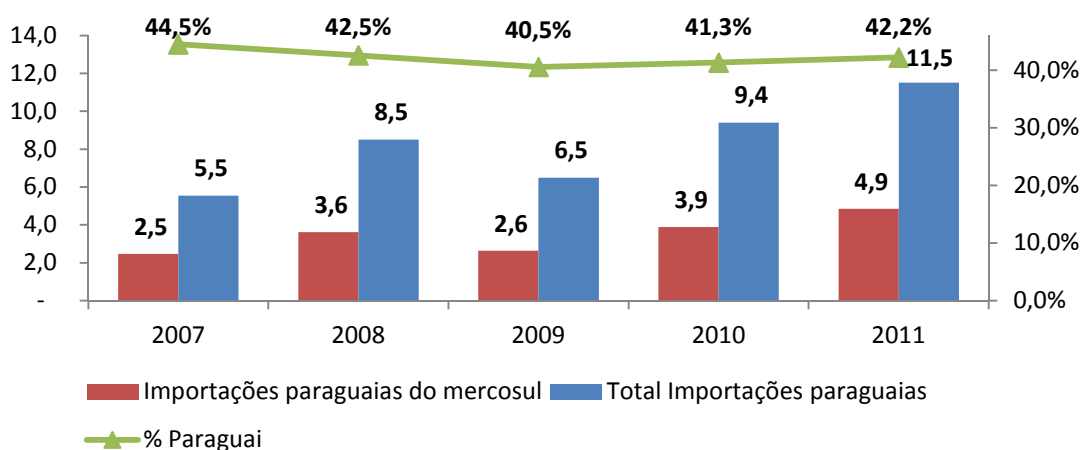
8	Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	0,16
9	Couros e peles curtidos ou em crosta, de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, depilados, mesmo divididos, mas não preparados de outro modo	0,13
10	Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	0,11

Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Os 10 principais produtos correspondem a quase 81% do total das exportações paraguaias, sendo que o principal produto corresponde a mais de 50%.

As importações não são muito diferentes. Do total de importações paraguaias entre 2007 e 2011, em média 42% foi proveniente do MERCOSUL como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 16: Importações paraguaias para o MERCOSUL e total das importações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

O total de importações subiu nominalmente no período 109%, já as provenientes do MERCOSUL subiram 96%, o que indica uma perda de participação do bloco.

Suas importações são voltadas para o consumo do campo. Como podemos verificar abaixo na lista dos 10 principais produtos importados, em sua maioria são insumos para a agricultura que é a principal atividade do país. Segue lista abaixo.

Tabela 2: 10 principais produtos importados pelo Paraguai ao MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	2,98
2	Adbos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: azoto (nitrogénio), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes,	1,33
3	Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfectantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda sob a for	0,61
4	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	0,40
5	Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de relva e ceifeiras; máquinas para limpar e seleccionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 8437	0,37
6	Pneumáticos novos, de borracha	0,36
7	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	0,35
8	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	0,28
9	Tractores (exceto os da posição 8709)	0,25
10	Refrigeradores, congeladores (freezers) e outro material, máquinas e aparelhos para a produção de frio, com equipamento eléctrico ou outro; bombas de calor, excluídas as máquinas e aparelhos de ar condicionado da posição 8415	0,22

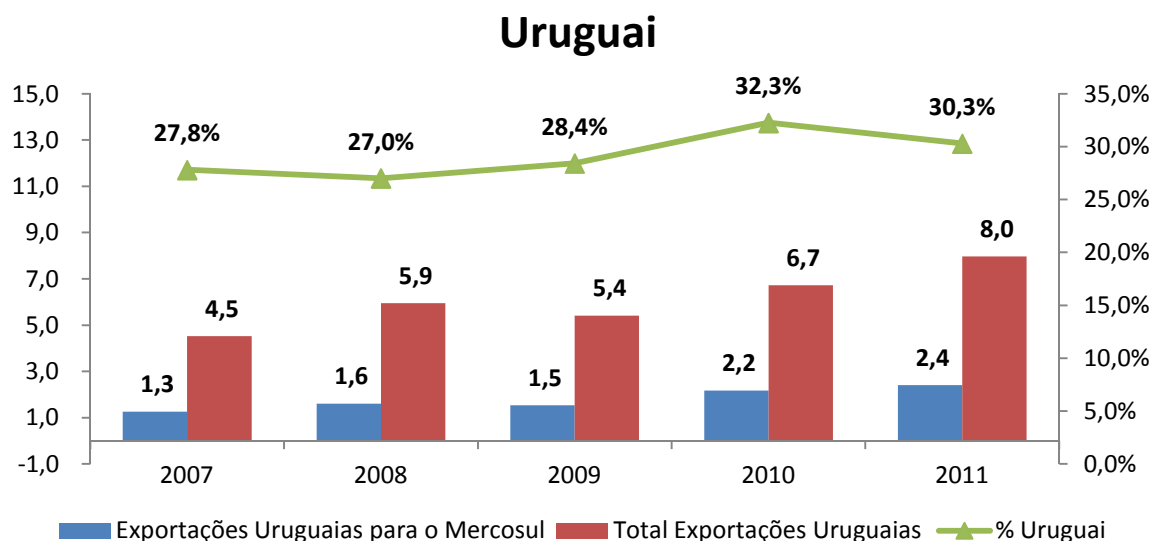
Fonte: Aliceweb MERCOSUL (2012)

Os 10 principais produtos representam pouco mais de 41% do valor total das importações enquanto que o principal produto representa 17% do total.

III.2.2 – Uruguai

O Uruguai é o segundo mais dependente do bloco. Com relação às exportações, em média 29% é destinado ao MERCOSUL. Verificamos no gráfico abaixo.

Gráfico 17: Exportações uruguaias para o MERCOSUL e total das exportações (US\$ bilhões)



Fonte: Aliceweb MERCOSUL (2012)

O total de exportações uruguaias subiu nominalmente no período 78% enquanto que as exportações para o MERCOSUL subiram 85% demonstrando evolução na dependência uruguaia ao bloco.

Sua exportação é voltada para bens primários mas é um pouco mais desenvolvida que a do Paraguai, o que mostra que suas indústrias são mais desenvolvidas. Os 10 principais produtos representam 46% do total das exportações e o principal produto corresponde a 8% do total. Segue listagem abaixo.

Tabela 3: 10 principais produtos exportados pelo Uruguai ao MERCOSUL (US\$ bilhões)

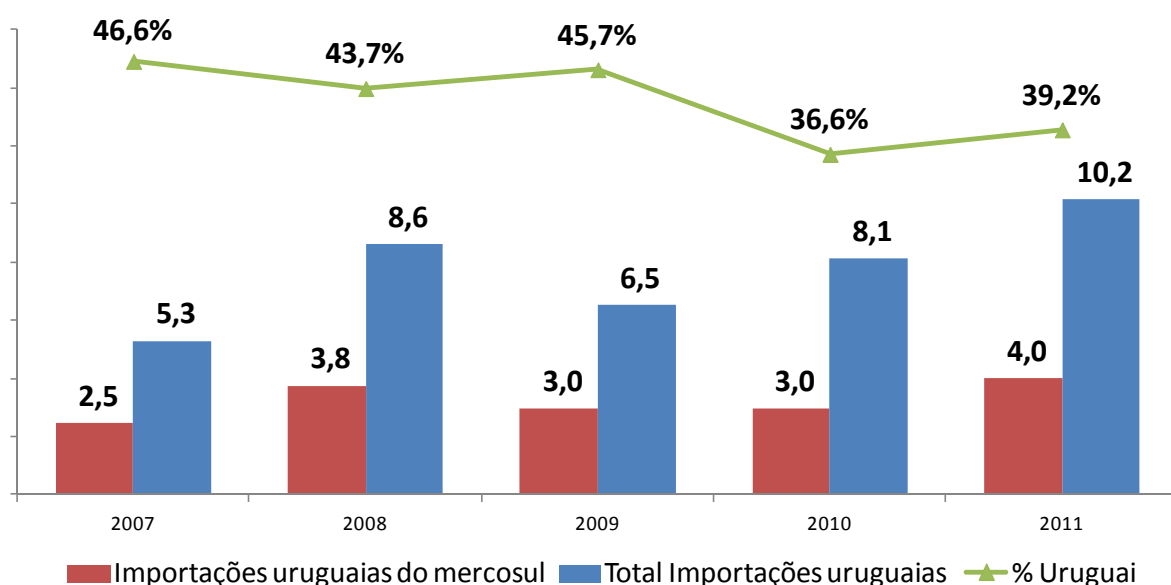
	Descrição do SH4	Total
1	Malte, mesmo torrado	0,74
2	Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos destinados a fechar recipientes, de plástico	0,66
3	Arroz	0,62
4	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	0,38
5	Borracha misturada, não vulcanizada, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	0,36
6	Trigo e mistura de trigo com centeio	0,30

7	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	0,29
8	Leite e nata, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes	0,29
9	Agentes orgânicos de superfície (exceto sabões); preparações tensoactivas, preparações para lavagem (incluídas as preparações auxiliares de lavagem) e preparações para lavagem, mesmo contendo sabão, exceto as da posição 3401	0,26
10	Outros tubos e perfis ocios (por exemplo: soldados, rebitados, agrafados ou com os bordos simplesmente aproximados), de ferro ou aço	0,19

Fonte: Aliceweb MERCOSUL (2012)

A dependência das importações está sendo modificada ao longo dos anos. De 2007 a 2009, o Uruguai era o líder na dependência de importações do MERCOSUL mas perdeu o posto para o Paraguai após queda ao longo dos últimos anos. O país, do total das importações, importou em média 42% nos últimos 5 anos conforme gráfico abaixo.

Gráfico 18: Importações uruguaias para o Mercosul e total das importações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

O total de importações no período aumentaram nominalmente 92% enquanto que as do MERCOSUL subiram 60%, evidenciando perda relativa na dependência ao bloco.

O país importou do MERCOSUL uma boa parcela de produtos manufaturados como verificamos abaixo na lista dos 10 principais produtos.

Tabela 4: 10 principais produtos importados pelo Uruguai ao MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	2,21
2	Energia elétrica	0,58
3	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida	0,56
4	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	0,50
5	Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda sob a for	0,34
6	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	0,33
7	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, incluídos os aparelhos telefônicos por fio combinados com auscultadores sem fio e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; videofones	0,25
8	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	0,25
9	Mate	0,22
10	Polímeros de etileno, em formas primárias	0,21

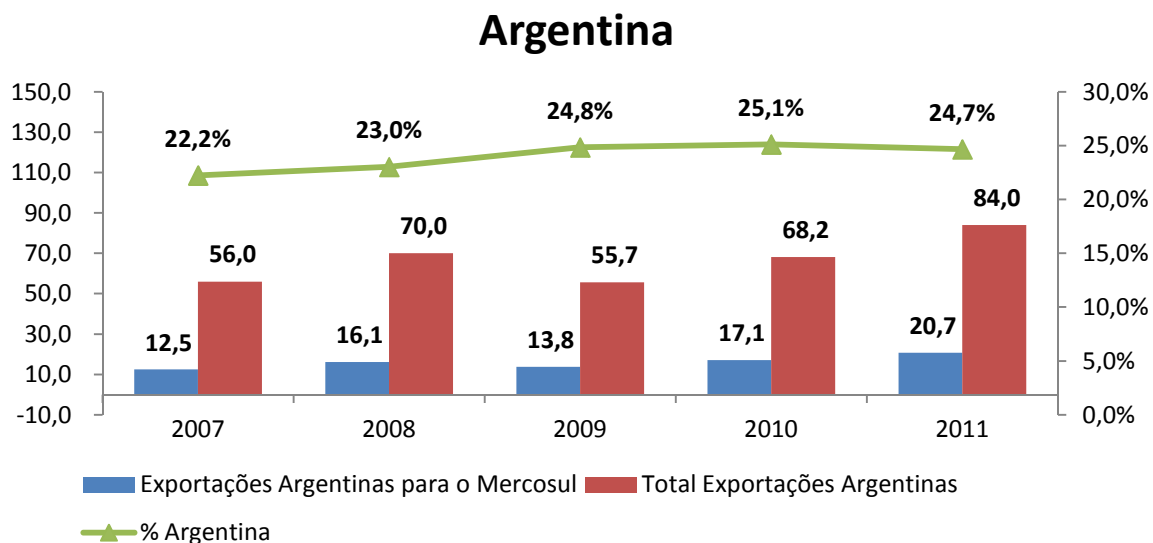
Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Os 10 principais produtos importados correspondem a 34% do total e o principal produto corresponde a 14% do total.

III.2.3 – Argentina

A argentina vem ampliando sua dependência no MERCOSUL quando o tema é exportação. Com uma média de 24% na relação entre exportações para o MERCOSUL e total das exportações, o bloco vem tendo sua importância destacada nos últimos anos como verificamos abaixo.

Gráfico 19: Exportações argentinas para o MERCOSUL e total das exportações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

O total de exportações argentinas subiu nominalmente no período 50% enquanto que as exportações para o MERCOSUL subiram 66%, indicando elevação na dependência com o MERCOSUL.

Sua pauta de exportações é baseada em produtos manufaturados, entretanto, é extremamente dependente de uma classe de produtos como verificamos abaixo.

Tabela 5: 10 principais produtos exportados pela Argentina ao MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida	15,20
2	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	6,56
3	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	6,28
4	Trigo e mistura de trigo com centeio	5,23
5	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	3,67
6	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	2,01
7	Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda	1,51

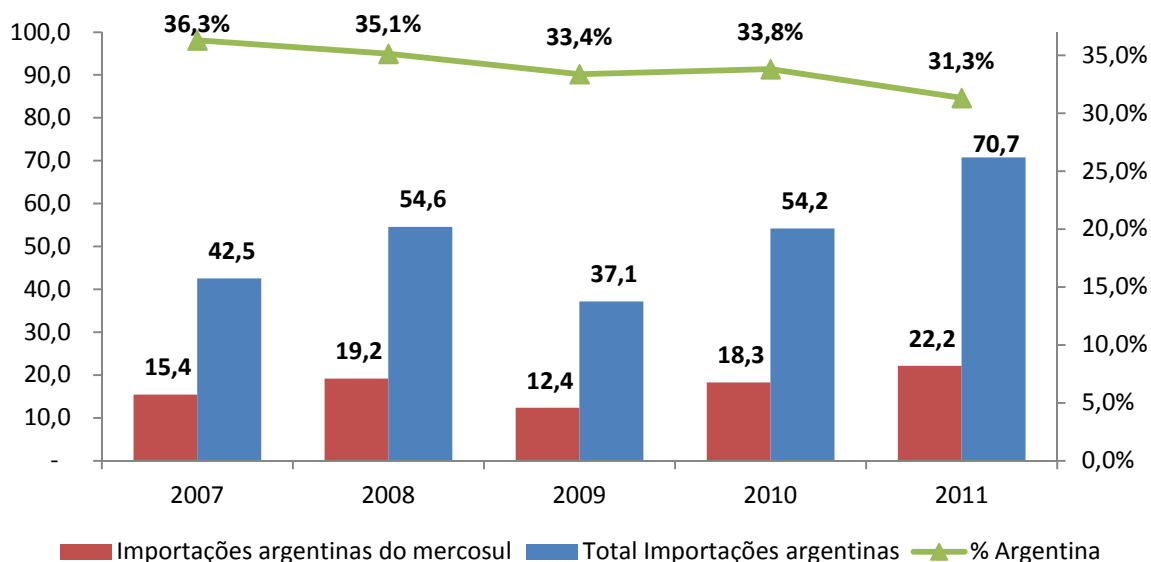
	sob a for	
8	Polímeros de etileno, em formas primárias	1,47
9	Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	1,11
10	Malte, mesmo torrado	0,79

Fonte: Aliceweb MERCOSUL (2012)

Os 10 principais produtos correspondem a 55% do total, enquanto que o principal produto corresponde a 19%.

As importações estão seguindo caminho inverso ao das exportações. As importações vêm caindo a cada ano e possui uma média de 34%. Abaixo verificamos essa queda percentual.

Gráfico 20: Importações argentinas para o MERCOSUL e total das importações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

As importações totais da argentina subiram nominalmente no período 66% enquanto que as do MERCOSUL subiram apenas 44% o que pode indicar uma substituição das importações argentinas.

Suas importações, bem como as exportações são baseadas em produtos manufaturados conforme destacados abaixo.

Tabela 7: 10 principais produtos importados pela Argentina do MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida	12,77
2	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	7,54
3	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	4,12
4	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	3,11
5	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, incluídos os aparelhos telefônicos por fio combinados com auscultadores sem fio e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; videofones	2,79
6	Energia elétrica	2,35
7	Soja, mesmo triturada	2,15
8	Tratores (exceto os da posição 8709)	2,09
9	Polímeros de etileno, em formas primárias	1,62
10	Motores de pistão, alternativo ou rotativo, de ignição por faísca (motores de explosão)	1,48

Fonte: AliceWeb MEFCOSUL (2012)

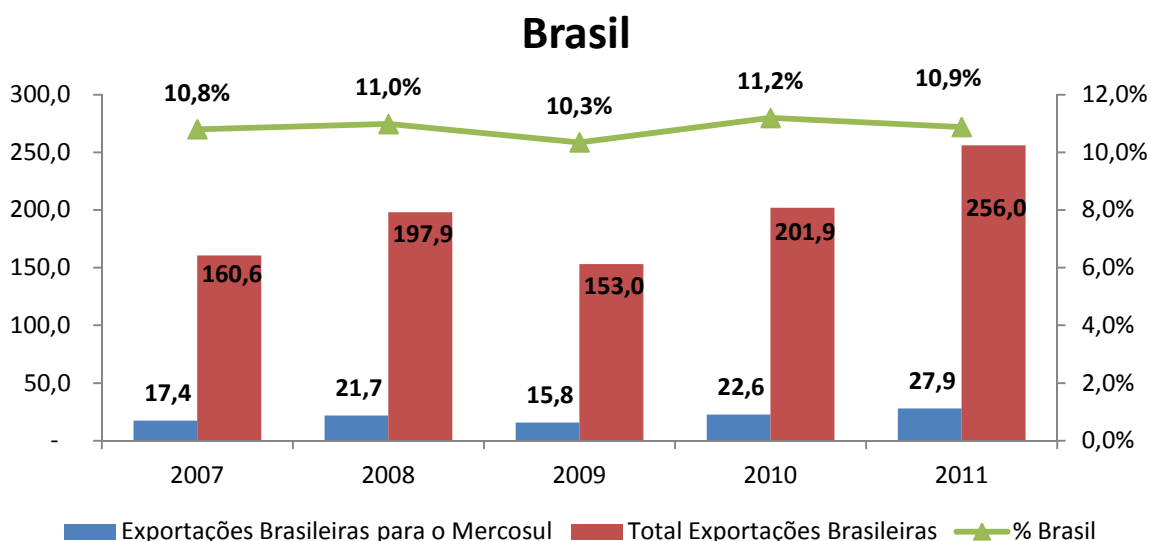
Os 10 principais produtos correspondem a 46% do total das importações e o primeiro corresponde a 15%.

III.2.4 – Brasil

O Brasil é o país menos dependente do bloco, tanto para exportações como para importações. Isso se deve muito ao fato do Brasil ser mais avançado tecnologicamente que seus parceiros de bloco e possuir maior competitividade internacional.

As exportações para o bloco correspondem a aproximadamente 11% em média quando comparado ao total. Isso é evidenciado abaixo.

Gráfico 21: Exportações brasileiras para o MERCOSUL e total das exportações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWb MERCOSUL (2012)

As exportações brasileiras subiram nominalmente 59% enquanto que as exportações para o MERCOSUL 60% deixando os valores estáveis ao longo dos anos.

A pauta de exportação é voltada para produtos manufaturados conforme verificado abaixo.

Tabela 7: 10 principais produtos exportados pelo Brasil ao MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida	13,12
2	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	7,81
3	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	4,93
4	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	4,64
5	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, incluídos os aparelhos telefônicos por fio combinados com auscultadores sem fio e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; videofones	3,60
6	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	3,35
7	Tratores (exceto os da posição 8709)	2,36

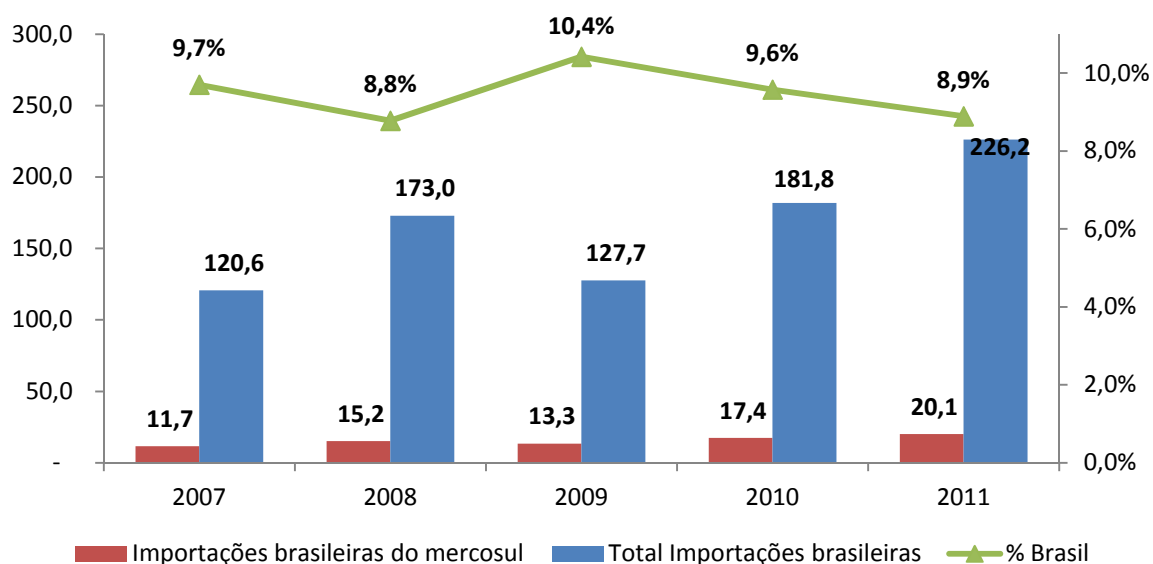
8	Energia elétrica	2,04
9	Polímeros de etileno, em formas primárias	1,90
10	Pneumáticos novos, de borracha	1,72

Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Os 10 principais produtos correspondem a 43% do total das exportações e o principal produto corresponde a 13%.

As importações possuem dependência ainda menor por parte do Brasil já que o país apresenta, em média 9,5% entre importações do MERCOSUL e o total das importações conforme gráfico abaixo.

Gráfico 22: Importações brasileiras para o Mercosul e total das importações (US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

As importações totais subiram nominalmente 88% enquanto que as do MERCOSUL subiram 72%, indicando menor participação do MERCOSUL no total das importações brasileiras.

Suas importações em valores baseiam-se em produtos manufaturados conforme dados abaixo.

Tabela 7: 10 principais produtos importados pelo Brasil do MERCOSUL (US\$ bilhões)

	Descrição do SH4	Total
1	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida	14,73
2	Trigo e mistura de trigo com centeio	6,87
3	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	6,04
4	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	5,75
5	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	3,57
6	Malte, mesmo torrado	1,69
7	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	1,61
8	Polímeros de etileno, em formas primárias	1,41
9	Arroz	1,35
10	Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	1,18

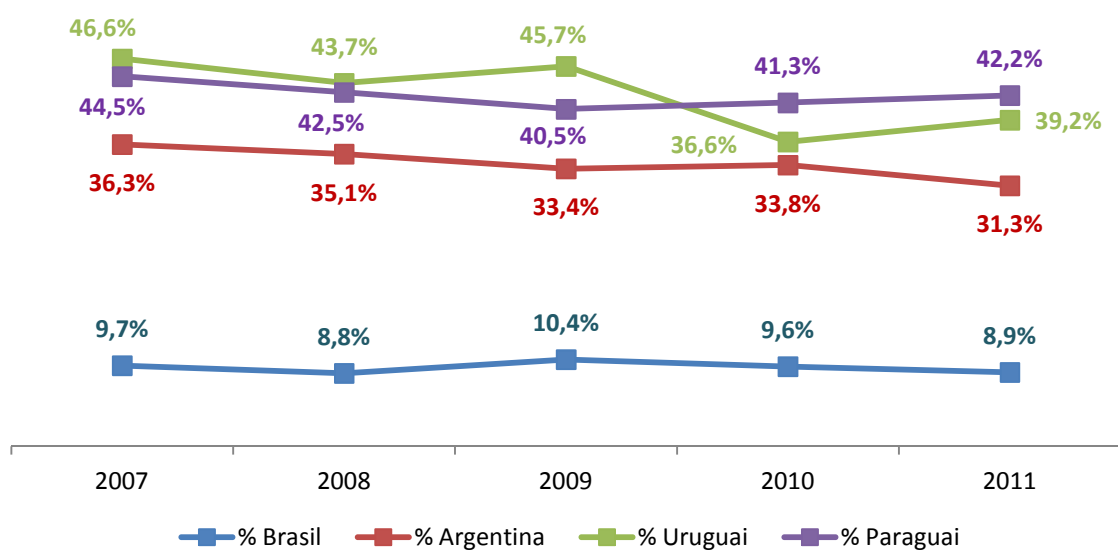
Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Os 10 principais produtos importados correspondem a 57% do total enquanto que o principal deles corresponde a 19%.

III.3 – Consolidado MERCOSUL

Segue abaixo o total consolidado da dependência dos países ao bloco quando focamos as importações.

Gráfico 23: Evolução da dependência dos países ao bloco (Importações)

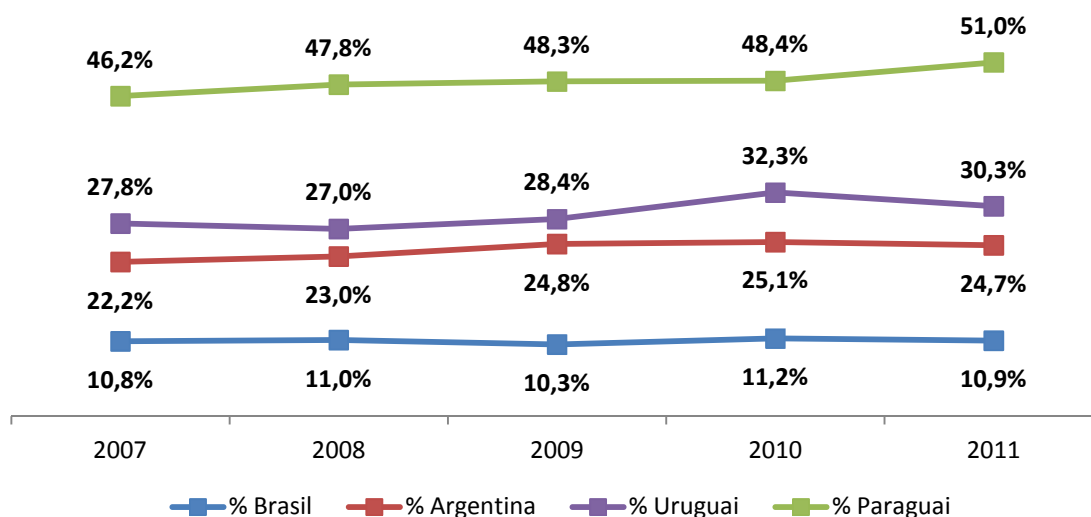


Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Esse gráfico corrobora o que foi dito acima. O Uruguai perdeu o primeiro lugar para o Paraguai que passou a ser o mais dependente do bloco para suas importações.

Abaixo temos a relação para as exportações.

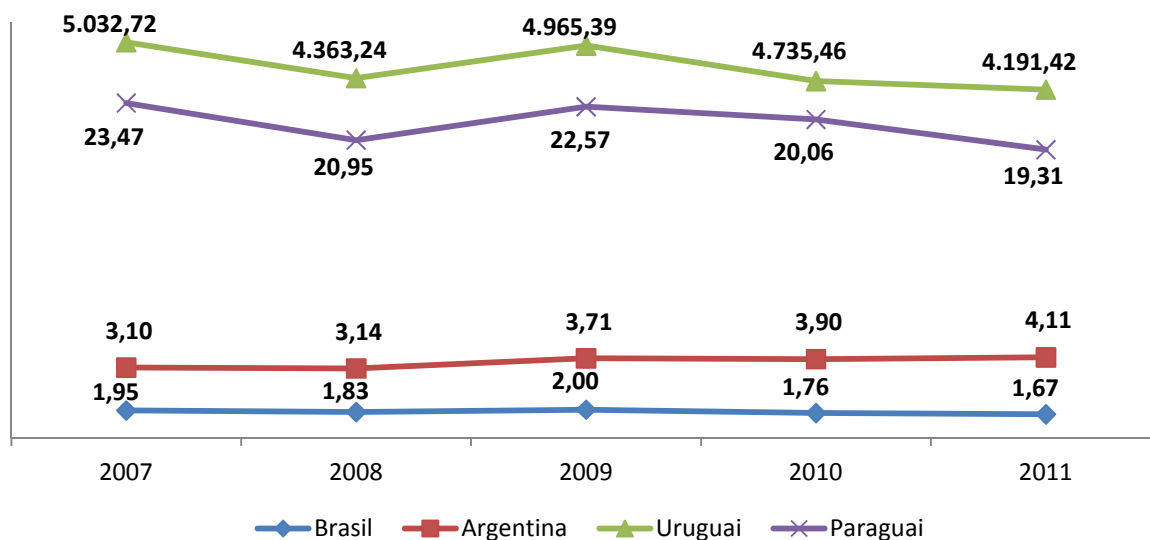
Gráfico 24: Evolução da dependência dos países ao bloco (Exportações)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Somando-se esses dois gráficos a evolução da taxa de câmbio temos uma visualização melhor.

Gráfico 25: Evolução da taxa de câmbio (base dólar)



Fonte: Banco Mundial (2012)

A relação entre Paraguai e Brasil tem como destaque Itaipu binacional. A hidrelétrica localizada no rio Paraná na fronteira entre Paraguai e Brasil foi construída entre 1975 e 1982 e é a maior hidrelétrica do mundo. Sua energia correspondeu a 17% da energia consumida pelo Brasil em 2011 e a 73% da energia consumida pelo Paraguai como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 26: Participação de Itaipu no mercado brasileiro



Fonte: Itaipu Binacional (2012)

Gráfico 27: Participação de Itaipu no mercado paraguaio



Fonte: Itaipu Binacional (2012)

Voltando a relação comercial temos que Paraguai e Uruguai são extremamente dependentes do bloco. Isso ocorre em função da sua baixa competitividade internacional por serem países atrasados. O fato de serem próximos de Brasil e Argentina facilita o comércio desses países já que o custo de transporte é reduzido. Com um custo de transporte mais elevado e barreiras tarifárias, fica difícil o ingresso dos produtos desses países em outros mercados consumidores. O Paraguai possui sua pauta de exportação baseada em produtos agrícolas que acabam sendo consumidos principalmente pelo Brasil já que são produtos de menor valor com o milho, por exemplo, que é o principal produto exportado pelo Paraguai. Essa importação possibilita o cultivo de grãos mais “nobres” no cenário mundial como a soja, por exemplo.

Passando para a relação entre os principais países do bloco (Brasil e Argentina), temos que o comportamento das importações e exportações do Brasil e principalmente da Argentina, moveram-se junto da taxa de câmbio. Em 2007 quando a diferença entre o real e o peso era pequena, a relação entre as exportações argentinas para o MERCOSUL e o total das exportações era “pequena” (22,2%) enquanto o das importações era elevado (36,3%). Em 2008 houve um aumento na diferença entre as duas moedas. Esse aumento na diferença permitiu um aumento na participação das exportações argentinas para o bloco comparado ao total de exportações bem como uma redução da participação da importação do bloco frente ao total de importações. Esse mecanismo continuou durante o ano de 2009 e 2010, sendo 2011

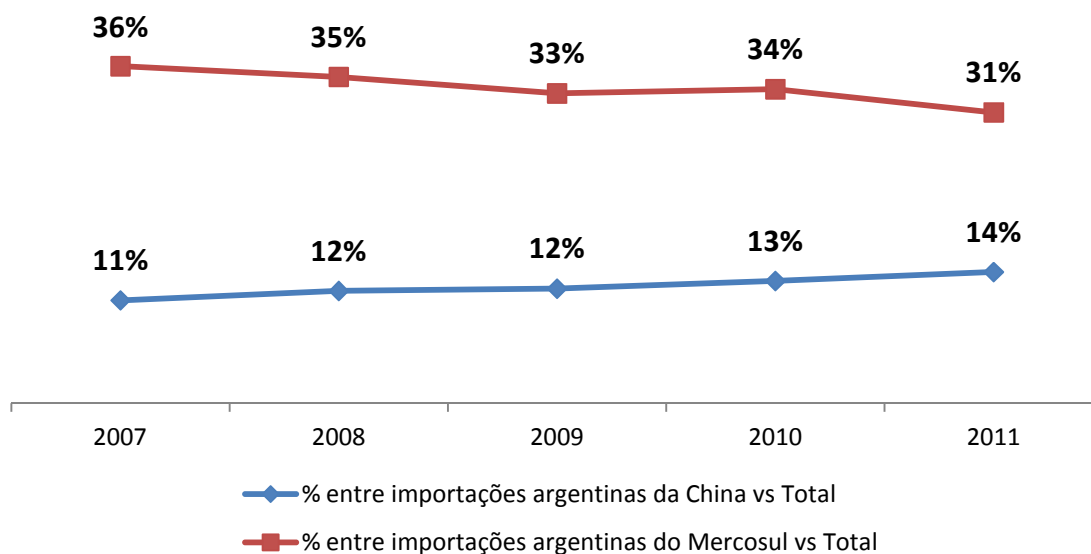
um ano praticamente estável com pequena variação para as exportações. Esse resultado ocorreu porque com a valorização do real frente ao peso, as exportações argentinas ficaram mais baratas e, em contrapartida, as importações argentinas do Brasil ficaram mais caras. A taxa de câmbio somada à tarifa de importação (TEC) torna o produto argentino mais competitivo que o brasileiro em alguns casos. Paralelo a isso, pode ter ocorrido uma substituição das importações. A Argentina pode ter passado a importar produtos de outras origens que não à brasileira por terem ficado mais baratos ou a diferença foi tão grande ao ponto de produtores locais terem voltado seus investimentos para determinados setores da economia antes supridos por importações brasileiras e agora passaram a consumir produtos locais graças a diferença no preço final dos produtos.

No caso brasileiro o fator mais facilmente notado são as importações no período de 2009 a 2011. Nesse período a moeda brasileira sofreu valorização seguida de valorização frente ao dólar. Como podemos notar isso acarretou uma redução na relação entre importações do MERCOSUL e total das importações. O motivo dessa variação provavelmente foi uma substituição do país de origem das importações. A partir do momento que o real ficou mais valorizado frente ao dólar, pode ter ocorrido um incentivo para importação de produtos substitutos aos produzidos pelo MERCOSUL de outras localidades seja pela qualidade seja pelo preço. Como o real ficou muito forte, ficou “barato” importar de qualquer país do mundo. A prova disso está no gráfico das importações brasileiras. De 2010 para 2011, o total das importações cresceu 24% nominalmente, enquanto que as do MERCOSUL cresceram “apenas” 16%.

III.4 – A “invasão” chinesa

A China nos últimos anos vem sendo o grande “vilão” da queda no comércio do MERCOSUL entre Brasil e Argentina. Os dois países vêm substituindo suas importações de um com o outro para produtos chineses. Esse movimento pelo lado argentino pode ser demonstrado facilmente pelo gráfico abaixo.

Gráfico 28: Relação entre importações argentinas da China e MERCOSUL VS total de importações argentinas

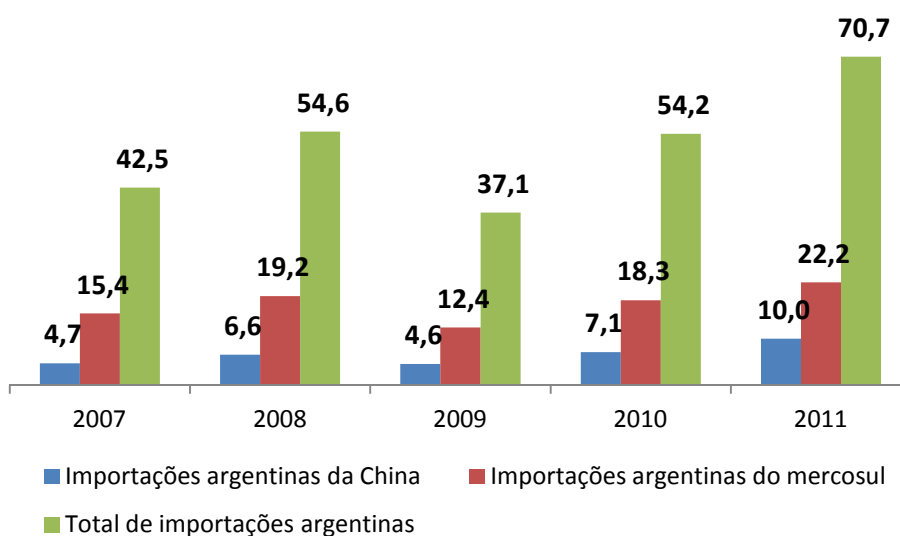


Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

As importações do Mercosul vem caindo a cada ano enquanto que as chinesas seguem o caminho inverso.

Em valores temos o gráfico abaixo:

Gráfico 29: Relação entre importações argentinas da China e MERCOSUL e total de importações argentinas (em US\$ bilhões)

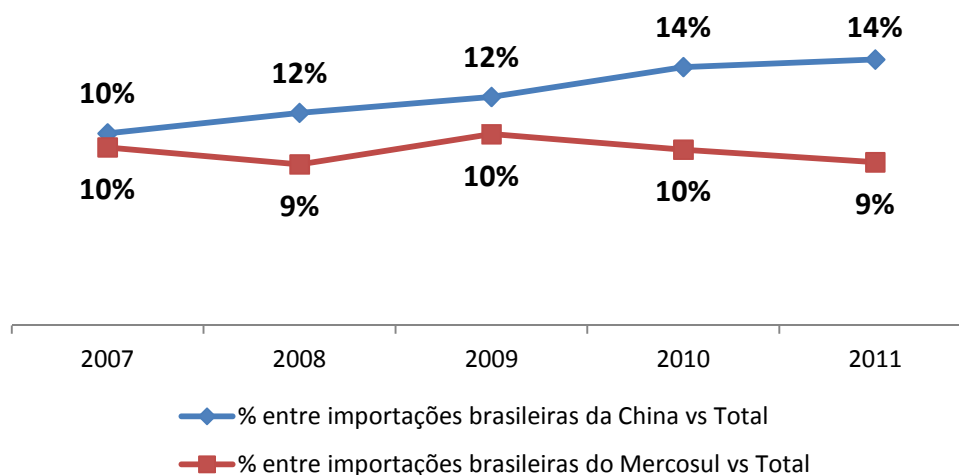


Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

O gráfico nos diz que no período de 2007 a 2011 as importações argentinas da China subiram nominalmente 112% enquanto que as do MERCOSUL subiram apenas 44% no mesmo período o que indica de fato que houve uma substituição no país fornecedor dos produtos importados.

Pelo lado do Brasil o cenário é bastante parecido como é evidenciado abaixo:

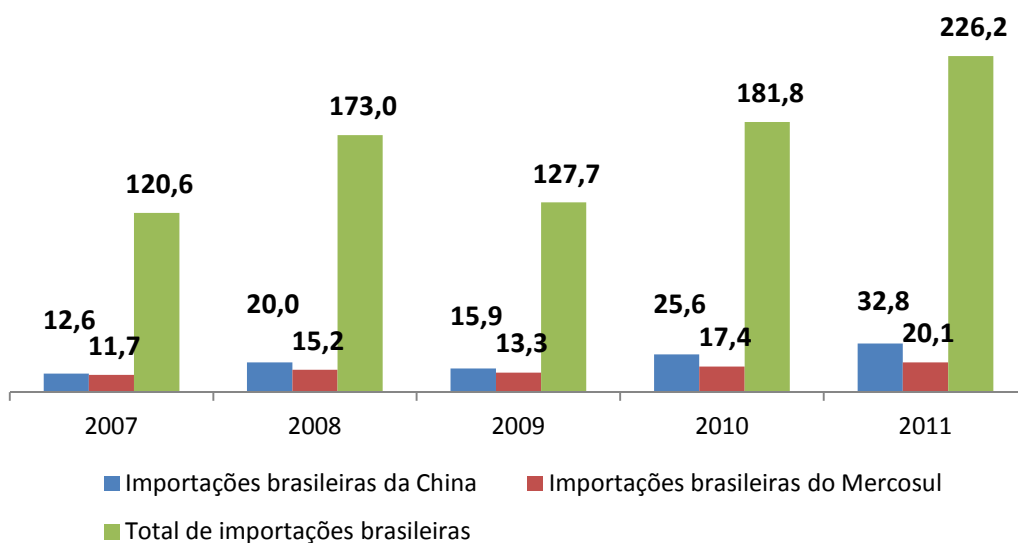
Gráfico 30: Relação entre importações brasileiras da China e MERCOSUL VS total de importações brasileiras



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

Em 2007 os valores eram equivalentes. Ao longo dos anos as importações do Mercosul foram caindo e as chinesas subindo. Como é demonstrado abaixo, as importações brasileiras da China subiram nominalmente entre 2007 e 2011 160%, já as importações brasileiras do Mercosul subiram no mesmo período 72%. Seguem valores abaixo:

Gráfico 31: Relação entre importações brasileiras da China e MERCOSUL e total de importações brasileiras (em US\$ bilhões)



Fonte: AliceWeb MERCOSUL (2012)

O que também indica uma substituição nas importações. Esse cenário tende a enfraquecer cada vez mais o Mercosul na medida que os principais países que compõem o bloco estão voltando seu mercado consumidor para produtos de outras origens que tendem a ser mais baratos mesmo com as proteções ainda existentes no bloco.

CONCLUSÃO

As políticas protecionistas apesar de protegerem as indústrias locais de potenciais concorrentes, necessariamente acabam reduzindo as importações já que com a paridade nos preços é comum os consumidores suprirem sua demanda através de produtos locais. Essas barreiras podem acabar limitando o crescimento do MERCOSUL como um bloco. As empresas ao invés de se tornarem competitivas através de avanços tecnológicos e ganhos de escala, tornam-se competitiva via proteção dos governos locais. Esse mecanismo acaba sendo maléfico para a economia, já que ao abrir para outros países que não utilizam a mesma política do MERCOSUL os países do bloco podem acabar não sendo competitivos. Além disso, as taxa de câmbio dos países são diferentes entre si, diferentemente da União Europeia que adota o euro como moeda única. Este fato pode servir como outra política para defesa dos produtores locais, na medida em que desvalorizam seu câmbio e limitam as exportações como já foi descrito acima.

Como notamos acima, os menores países (Paraguai e Uruguai) são os que mais dependem do mercado constituído pelos países signatários do acordo MERCOSUL, tanto nas importações como nas exportações.

A Argentina por sua vez tem apresentado um crescimento na dependência das exportações e uma queda acentuada nas importações. O que demonstra que pode estar havendo uma substituição das importações. Como as políticas protecionistas podem estar protegendo certos setores, o consumo pode estar sendo suprido por mercadorias internas e as importações passam a ser de produtos que podem não ser produzidos por nenhum país do bloco. O crescimento dos outros países tende a favorecer a Argentina que pode passar a exportar cada vez mais para o bloco. O comercio exterior brasileiro é o que menos participa do mercado constituído pelo MERCOSUL. Esse fator pode ser explicado pelo fato do Brasil ser mais competitivo internacionalmente que os outros países do MERCOSUL (caso das exportações) e de demandar produtos com tecnologias mais avançadas que acabam não sendo produzidos pelo MERCOSUL (caso das importações). A dependência das exportações é um

pouco superior em função da característica dos produtos. Como são principalmente produtos de maior valor agregado, a relação desses produtos tende a ser maior que a dos importados que são prioritariamente produtos primários. A acentuada redução na dependência Argentina nas importações pode acender um sinal vermelho para o Brasil uma vez que a Argentina é o principal mercado consumidor no MERCOSUL para produtos brasileiros. Outro fator que pode estar influenciando a participação das importações argentinas é a taxa de câmbio. A taxa cambial argentina e brasileira moveram-se de maneira oposta ao longo dos anos. O real se valorizou frente ao dólar, já o peso argentino seguiu o caminho contrário e se desvalorizou. Como o Brasil é a principal fonte de importações da Argentina, essa redução no poder de compra argentino em função do câmbio, pode ter barateado os bens originários de outros países que não o Brasil, por outro lado, esse mecanismo pode ter sido um dos fatores que causaram aumentos das exportações argentinas para o MERCOSUL frente ao resto do mundo.

A consolidação do MERCOSUL, o fortalecimento dos países que o integram e até mesmo a associação de novos membros é de suma importância para os países individualmente, até mesmo para o Brasil que é o menos dependente, mas pode passar a ser mais com o desenvolvimento dos outros países. Esse crescimento coletivo possibilitará crescimentos individuais e ganhos diretos e indiretos além de possibilidades de maior competitividade no cenário mundial.

As barreiras tarifárias e não tarifárias por sua vez, podem acabar limitando a consolidação do bloco e a crescente integração dos países. Somando-se se as barreiras as diferentes taxas de câmbio, pode existir um crescente enfraquecimento do bloco com a redução da dependência dos principais países (Brasil e Argentina) deixando o bloco importante apenas para as menores economias.

Com uma crescente integração e associação de novos membros o MERCOSUL tende a se fortalecer mais e ajudar no crescimento dos países individualmente. É necessária apenas uma atenção maior dos membros para o bloco e um pensamento que busca o crescimento coletivo e não as características individuais uma vez que o crescimento coletivo trará consigo crescimentos individuais. Quando o bloco for visto mais como um bloco e não apenas como um grupo de países que possuem um acordo comercial, seu destaque tende a ser cada vez maior no cenário mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALICEWEB. Consultas. Disponível em : <http://alicewebmercosul.desenvolvimento.gov.br//index/home>. Acessado em: 07/07/2012.
- BANCO MUNDIAL. Countries & Regions. Disponível em :< <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/0,,pagePK:180619~theSitePK:136917,00.html>>. Acessado em: 06/05/2012
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R.; Economia Internacional – Teoria e Experiência Brasileira. São Paulo: Elsevier Editora Ltda (2004)
- CALANDRO, M.L.; A indústria automobilística brasileira: integração produtiva no Mercosul, regimes automotivos e perspectivas, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1661/2029>>. Acessado em 14/08/2012
- Consenso de Washington. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington>. Acessado em: 01/08/2012.
- Exemplos de Barreiras às Exportações Brasileiras. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=734>>. Acessado em 09/04/2011
- GUIMARÃES, E.P.; ZEIDAN, R.M.; Acordos do Mercosul com terceiros países. Texto para discussão Cepal – IPEA, v. 23, 2010.
- ITAIPU BINACIONAL. Participação nos Mercados. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/energia/participacao-nos-mercados>>. Acessado em: 24/08/2012
- KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M.; Economia Internacional – Teoria e Política. São Paulo: Peb – Pearson (1999)
- MACHADO, J.B.M; Integração Produtiva: referencial analítico, experiência europeia e lições para o MERCOSUL. CEPAL (2008).
- Mercosul – Mercado Comum do Sul – Apresentação. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=374>>. Acessado em: 28/04/2011
- Mercado comum do sul. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul>. Acessado em: 28/04/2011.
- Perguntas Frequentes. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3499>> . Acessado em: 23/08/2012.
- Tarifa externa Comum – Apresentação. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>>. Acessado em: 09/04/2011
- Usina Hidrelétrica de Itaipu. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Itaipu>. Acessado em: 24/08/2012

